



UFOP

Universidade Federal
de Ouro Preto

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO - UFOP
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS - ICSA
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL - DESSO**

GUILHERME COSTA FILENE

**INTERSECCIONALIDADE: UMA FERRAMENTA POLÍTICA NECESSÁRIA
PARA POTENCIALIZAR A PRÁTICA PROFISSIONAL DE ASSISTENTES
SOCIAIS**

Mariana

2023

GUILHERME COSTA FILENE

**INTERSECCIONALIDADE: UMA FERRAMENTA POLÍTICA NECESSÁRIA
PARA POTENCIALIZAR A PRÁTICA PROFISSIONAL DE ASSISTENTES
SOCIAIS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito para obtenção de título de Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal de Ouro Preto.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a. Sheila Dias Almeida

Mariana

2023

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

F481i Filene, Guilherme Costa.
Interseccionalidade [manuscrito]: uma ferramenta política necessária
para potencializar a prática profissional de assistentes sociais. /
Guilherme Costa Filene. - 2023.
67 f.: il.: tab..

Orientadora: Profa. Dra. Sheila Dias Almeida.
Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto.
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Graduação em Serviço Social .

1. Identidade social. 2. Serviço Social. 3. Trabalho - Aspectos sociais. I.
Almeida, Sheila Dias. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU 364

Bibliotecário(a) Responsável: Luciana Matias Felício Soares - SIAPE: 1.648.092



FOLHA DE APROVAÇÃO

Guilherme Costa Filene

INTERSECCIONALIDADE: UMA FERRAMENTA POLÍTICA NECESSÁRIA PARA POTENCIALIZAR A PRÁTICA PROFISSIONAL DE ASSISTENTES SOCIAIS

Monografia apresentada ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Serviço Social

Aprovada em 29 de agosto de 2023

Membros da banca

Dr^a Sheila Dias Almeida Orientadora Universidade Federal de Ouro Preto

Dr^a Adriana de Andrade Mesquita - Universidade Federal de Ouro Preto

Dr^a Janete Flor de Maio da Fonseca

Sheila Dias Almeida, orientadora do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 15/09/2023



Documento assinado eletronicamente por **Sheila Dias Almeida, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 15/08/2024, às 22:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0760567** e o código CRC **3948D4C2**.

AGRADECIMENTOS

A gratidão é uma ação importante, por isso destino esse espaço para agradecer a todos aqueles que contribuíram para o meu processo de formação e permanência na universidade e para tal é importante apontar os sujeitos e a experiência que foi durante esse período. Assim, separo este momento para agradecer a todos aqueles que tiveram tempo para ler o meu trabalho, desde o início da graduação eu já sabia que não seria algo fácil, pelo contrário, me preparava durante os períodos para entregar um trabalho satisfatório a mim e ao leitor. O que eu não esperava era enfrentar muitas coisas que mexeram comigo e com a própria sociedade num todo. Em 2018 foi um período complicado, devido a minha demora de inserção ao curso, o que acarretou em algumas faltas e na dificuldade de me adaptar enquanto recém-chegado a um novo espaço, território e comunidade.

No ano seguinte ocorreu a mudança de governo, que nos deixou refém de muitos cortes, foi um ano marcado por várias paralisações e greves. Logo em 2020, tem-se então a pandemia por conta da COVID - 19, que mudou o mundo de diversas formas. Esse período em especial me marcou muito, foram muitas vidas perdidas, um anseio tão grande sobre sair de casa e não saber se estava contaminado, pior ainda, se afastar de todos com o medo de me contaminar. Foi um tempo tão doloroso em que tudo parou e a única coisa que se mantinha era a preocupação diária com familiares e amigos.

Ainda no final de 2019/2020, eu começava a sofrer um adoecimento mental, que foi piorando com os anos, até eu ser diagnosticado com depressão em 2021. Acredito que foi o pior momento para mim, porque isso se deu durante a pandemia, as aulas voltavam e meu corpo não entendia que eu precisava estar ali, ainda que eu quisesse muito, foi difícil estar à frente de um computador todos os dias como se nada de ruim tivesse ocorrido durante o meu dia. Foi um período em que eu contei com bastante apoio da minha família e do meu namorado, já que meus amigos estavam longe.

Em 2021/22 participei do momento em que eu mais aguardava na graduação, que era o estágio. Eu defino esse momento como algo mágico em tantas turbulências, no meu primeiro dia achei que ia passar mal de tanta ansiedade e felicidade que me consumiam. Por isso deixo meus agradecimentos a toda equipe do PSF Bento/Paracatu, a minha supervisora de campo Adriana de Lima Batista e a minha supervisora acadêmica, Adriana de Andrade Mesquita, que tornou a oficina de estágio algo melhor do que eu imaginava ser, com tantas visitas em campo

e qualificaram a minha formação profissional. Deixo meu agradecimento à minha amiga de estágio Fernanda Teixeira Monteiro e aos meus amigos da turma de oficina de estágio.

Agradeço a minha família por parte de mãe, que me ajudaram durante todo esse processo, minha irmã, minha avó, meus tios, meus primos e em especial a minha mãe, que se não fosse por ela eu jamais conseguiria adentrar ao espaço da universidade, então meus agradecimentos a Andréa Costa, Alice Ramos Costa, Adriana Costa, Paulo Henrique Costa, Francielly Costa Filene, Ana Carolina Costa e Allyson Luiz Costa da Silva. Ao namorado da minha avó, Sebastião Jorge Cândido, que foi uma das tristes perdas no final de 2022 próximo a conclusão deste trabalho, desde o início ele foi um dos primeiros a apoiar a minha vinda e o primeiro a chorar ao saber que eu me mudaria. Agradeço imensamente a força que o meu núcleo familiar me proporcionou para que eu me mantivesse em Mariana, na Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) e ao meu namorado também, Reginaldo José Carneiro, que desde 2021 até o presente momento foi um grande companheiro e amigo, me dando força em todos os problemas que eu estava enfrentando.

Adiante, agradeço aos amigos que obtive na UFOP, Aline Egídio Lopes Antonio, Tanielly Rosária Santos Silva e outros, qual tive o prazer de estudar e aprender junto. Aos amigos da minha terra natal, que mesmo de longe contribuíram com esse processo, como minha amiga ubaense Tamires Dias Vieira, Gabriel Carlos de Oliveira e outros da cidade de Ubá, a aqueles que fiz amizade durante esses anos em Mariana. Aos meus amigos mais distantes, Evandro da Silva Feitoza, Lucas Xavier de Oliveira, Vitor Hugo Dias, Valéria Regina da Fonseca, Josué Menezes Oliveira e Gabriel Ribeiro Silva. Deixo meu agradecimento ao Coletivo Negro Braima Mané, qual participei durante um tempo e me trouxe bastante aprendizado.

Agradeço às minhas orientadoras (isso mesmo, no plural), pessoas incríveis para e que me auxiliaram na construção deste projeto lindo, Isis Silva Roza; Sheila Dias Almeida; Vivian Lucia Rodrigues de Oliveira, aos meus professores da graduação que enriqueceram o meu conhecimento. Agradeço com afeto a Professora Adriana de Andrade Mesquita por aceitar o convite em compor minha banca e também a Professora Janete Flor de Maio Fonseca, que faz parte da minha trajetória acadêmica e que me orientou no projeto Roda de Conversa: Memórias de Negros (de onde era projeto).

Por fim, agradeço a todos assistentes sociais que tive contato durante esse período e agregaram na minha experiência com suas histórias e conhecimentos. Obrigado a Universidade Federal de Ouro Preto e a todas essas pessoas, que qualificaram a minha

formação, me oportunizaram conhecimento, experiências e oportunidades e a todos esses momentos que me transformaram.

*Todos esses que aí estão
Atravancando o meu caminho,
Eles passarão...
Eu passarinho!*

Quintana, Mario.

RESUMO

O presente trabalho, objetiva discutir a categoria analítica da interseccionalidade como ferramenta política indispensável para a prática do Serviço Social brasileiro. Compreendemos que os marcadores sociais de classe, raça e gênero definem as condições sociais em que um indivíduo se encontra e a importância e nisto se dá a importância desta categoria para a referida profissão. É no modo de produção capitalista, que as desigualdades se materializam, condensando assim as “expressões da questão social”¹. Estes indivíduos, são alvo de preconceitos, pelo modelo e se encontram em diversas vulnerabilidades. Neste sentido, o presente trabalho busca compreender como esses marcadores se interseccionam. Nosso objetivo, é que esta ferramenta se transforme em um instrumento capaz de qualificar ainda mais o trabalho destes profissionais e assim possibilitar uma melhor intervenção durante o atendimento com a (o) usuária (o) em seu exercício profissional. A metodologia utilizada é de com revisão bibliográfica das obras que versam sobre trabalho, capitalismo, gênero, questão étnico racial e Serviço Social. Foram utilizados textos que referenciam tanto a teoria crítico marxista, como das que nos auxiliam para compreender a categoria analítica objeto deste estudo.

Palavras-chaves: Interseccionalidade; Serviço Social; Trabalho Profissional.

¹ “A expressão surge para dar conta do fenômeno mais evidente da história da Europa Ocidental que experimentava os impactos da primeira onda industrializante, iniciada na Inglaterra no último quartel do século XVIII: trata-se do fenômeno do pauperismo”. (NETTO, 2001, p. 42).

ABSTRACT

This paper aims to discuss the analytical category of intersectionality as an indispensable political tool for the practice of Brazilian Social Work. We understand that the social markers of class, race and gender define the social conditions in which an individual finds themselves and the importance of this category for this profession. It is in the capitalist mode of production that inequalities materialize, thus condensing the "expressions of the social question". These individuals are the target of prejudice by the model and find themselves in various vulnerabilities. In this sense, this work seeks to understand how these markers intersect. Our aim is for this tool to become an instrument capable of further qualifying the work of these professionals and thus enabling them to intervene more effectively in their professional practice. The methodology used is a bibliographical review of works on work, capitalism, gender, ethnic and racial issues and Social Work. Texts were used that reference both critical Marxist theory and those that help us to understand the analytical category that is the subject of this study.

Keywords: Intersectionality; Social Work; Professional Work.

LISTA DE SIGLAS

ABAS - Associação Brasileira de Assistentes Sociais

ABEPSS - Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social

CFESS - Conselho Federal de Serviço Social

CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

PEP - Projeto Ético Político

UFOP - Universidade Federal de Ouro Preto

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - População de 15 anos ou mais, que exercem a sua força de trabalho.....	37
TABELA 2 - Média de horas entre mulheres e homens com 14 anos ou mais que realizam algum tipo de trabalho doméstico.....	37
TABELA 3 - Percentual de violência sofrido por mulheres e homens fora e dentro de domicílio.....	38

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO I. CLASSE, RAÇA/ETNIA E GÊNERO NO MODO DE PRODUÇÃO	
CAPITALISTA.....	14
1.1 A construção da Classe e o modo de produção.....	15
1.2 A Raça numa perspectiva de desvantagens e privilégios.....	25
1.3 Gênero e as desigualdades do sexo feminino.....	32
CAPÍTULO II. INTERSECCIONALIDADE E SERVIÇO SOCIAL: UMA RELAÇÃO	
NECESSÁRIA.....	41
2.1 A interseccionalidade e a mulher afro-brasileira.....	41
2.2 Serviço Social e interseccionalidade.....	51
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	58
REFERÊNCIAS.....	60

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objeto de estudo, uma análise exploratória sobre a categoria interseccionalidade e de como esta pode se transformar em uma potente ferramenta a ser utilizada por profissionais do Serviço Social brasileiro, uma vez que compreendemos que esta pode potencializar e qualificar a intervenção profissional do Assistente Social. O debate interseccional nesta obra, deve-se pelo fato da sociedade brasileira está pautada em marcadores sociais de raça, classe e gênero, o que traz relevância para ser estudado dentro do Serviço Social, uma vez que a profissão trabalha com essas pessoas e viabiliza seus direitos. Em uma breve introdução, a interseccionalidade, que será melhor aprofundada adiante, é uma categoria analítica que visa compreender a intersecção de marcadores sociais, como raça, classe e gênero de forma imbricada, ou seja, que venhamos a entender a essência de cada um para compreender como eles se interseccionam e potencializam a soma das opressões. Ou Assim, a interseccionalidade propõe entender de que forma as junções de marcadores como classe e raça, por exemplo, influenciam na vida de um indivíduo que é pobre e preto, interseccionado por esses marcadores. Através disso, analisar a sociedade de acordo com a intersecção, para entender os motivos pelos quais eles se apoiam, cruzam-se e são indissociáveis.

A análise do modo de produção capitalista² é outro fato relevante para o estudo dessa temática, já que ele é reprodutor de desigualdades e exploração, portanto, conhecer essa categoria analítica, é possibilitar compreender como esses elementos estão imbricados. Ou seja, é importante saber que os elementos que materializam as opressões, se relacionam e por isso são usados para manutenção das assimetrias e desigualdades sociais.

Desta forma, este trabalho propõe refletir sobre as opressões de classe, raça e gênero no modo de produção capitalista; apontar dados estatísticos e reportagens associadas às opressões que recaem, sobretudo contra as mulheres negras; analisar as produções teóricas que abordam sobre a interseccionalidade de classe, raça e gênero; dar significado sobre as ausências e limites da intervenção profissional que consideram as dimensões de raça e gênero.

Com a inserção do modo de produção capitalista e a propriedade privada, acentuou-se a desigualdade e aos poucos aqueles que detinham riquezas e os meios de produção, começaram a explorar a classe trabalhadora que não tinha as mesmas condições. Através da

² O modo de produção capitalista é a forma como o capitalismo se desdobra e produz como modelo econômico, social e político. Neste trabalho a análise é feita através da obra O Capital de Marx(1984) e pelo conceito marxista.

divisão de classe é possível ver as diferenças no modelo de sociabilidade do capital. Assim, a estrutura da sociedade adquiriu um caráter meritocrático e com privilégios para aqueles que não se encaixam nos marcadores sociais apontados e que pertencem à burguesia.

Essa leitura social é de extrema importância para o Assistente Social, pois é através dela que, tanto ele como outros profissionais, irão trabalhar em cima de ferramentas capazes de fornecer subsídios para uma intervenção profissional qualificada com o público, que por consequência é em sua maioria, interseccionado pelos marcadores. A interseccionalidade entra como ferramenta e aprendizado para contribuir dentro do Serviço Social, na formação e para aqueles que já estão formados e se dispõem a expandir seu conhecimento. Dado o exposto, esse trabalho tem como proposta analisar as produções teóricas, referenciadas e de autoria do autor, para refletir sobre as desigualdades do modo de produção, conhecer a população brasileira e expandir o conhecimento de uma temática que propõe o aprimoramento de uma leitura crítica da sociedade.

A conjuntura sócio-histórica na contemporaneidade, a divisão de classes que gera desigualdade social com base na acumulação, a centralização e a concentração de riqueza na mão de poucos em relação a grande parcela da população, são algumas categorias usadas por Marx e outros autores marxistas para falar de classe³, que serão debatidas a frente, com a finalidade de entender como elas identificam e analisam a desigualdade social.

Mais à frente iremos adentrar ao conceito de raça⁴, em que o racismo estrutural será apresentado através da análise da obra “O que é Racismo Estrutural?” (2018), do autor Silvio Luiz de Almeida, mas tendo consciência que esse debate antecede a produção do autor através de outros autores como Lélia González, Clóvis Moura, Beatriz Nascimento e demais, que falavam sobre o racismo em forma de estrutura. Silvio Almeida (2018), aponta como o racismo se estrutura e é acentuado com o modo de produção capitalista, segrega a população negra do acesso a condições básicas de saúde, educação, trabalho, entre outras. O mesmo racismo é um dos responsáveis pelas condições precárias de trabalho, salários baixos e falta de oportunidades, ele fortalece o sistema capitalista e sua reprodução.

A relação de gênero⁵ no modo de produção, trará um debate analítico sobre o sexismo, uma discriminação por conta do sexo/gênero e a relação de poder do patriarcado como um sistema que afeta principalmente as mulheres, as colocando em posição de submissão e

³ O conceito analítico de classe será debatido através de autores como Karl Marx, José Paulo Netto, etc.

⁴ O conceito analítico de raça será debatido através de autores como Silvio Almeida, Sueli Carneiro, Lélia González, Angela Davis, etc.

⁵ O conceito analítico de gênero será debatido através de autoras como Mirla Cisne, Heleieth Saffioti, Kállita de Freitas Iori, etc.

desigualdade. Esse debate será aprofundado à frente por Sueli Carneiro, Mirla Cisne, Heleieth Saffioti, entre outras autoras que estão no referencial bibliográfico. Atribuindo esses fatores entre classe, raça e gênero, temos a mulher negra que se encontra no topo dessas violações, colocada na base de uma pirâmide social, econômica e política. Sendo essa mulher, atravessada por diversos marcadores sociais e conseqüentemente, vítima de inúmeras desigualdades. O contexto social no qual estamos inseridos, tem consigo a desigualdade social, o sexismo e o racismo. A partir disso, faz-se necessária uma análise interseccional sobre em que posição a população pobre, preta e feminina está inserida nessa sociedade.

Apropriar-se do debate da interseccionalidade da classe, raça e gênero é importante durante a graduação e no exercício profissional do Assistente Social. Por isso a importância de produzir conhecimentos que contribuam para avançarmos com os usuários do Serviço Social. Entender como esse estudo enriquece a prática profissional.

A alienação⁶ que o capitalismo (re) produz sobre o proletariado, pela falta de consciência crítica⁷, enfraquece e mascara as desigualdades presentes no dia a dia. Essa alienação desmobiliza os movimentos sociais e coloca a classe trabalhadora em situação de sobrevivência, produzindo para sobreviver, sem enxergar o que tem por trás de uma “simples” mercadoria. Responsabiliza as pessoas na condição social pré-estabelecida, que em sua maioria, são constituídos a partir de decisões daqueles que detêm o poder, nos submetendo a condições desiguais.

Como homem pobre e preto, nascido e criado por mulheres pretas, passei por diversos desses marcadores sociais e presenciei a desigualdade daqueles que não me atravessavam diretamente, como o de gênero. Através do contato com as mulheres da minha família, responsáveis pela minha criação, presenciei suas dores e seus medos causados por esse sistema opressor. Apesar do pouco conhecimento anterior à graduação sobre a temática classe, raça e gênero, foi através do Serviço Social que obtive uma amplitude de informações das quais considerei a importância de estudar essa temática. E para além disso, enxergar com uma análise crítica sobre o meu espaço, minha família, amigos e sobre mim, ver com outros olhos todas as situações vividas e buscar alternativas que combatam a culpabilização destas mulheres, negras, trabalhadoras e periféricas.

⁶ A alienação no capitalismo expressa-se através do trabalho, enquanto o trabalhador participa do processo de produção, mas não tem consciência do que está produzindo.

⁷ A capacidade do ser de refletir acerca dos fatores expostos em seu cotidiano, fazendo uma mediação entre a coerência sobre o determinado fato, com clareza e de forma reflexiva.

Todo o conteúdo absorvido durante a minha graduação acrescentou na minha formação como ser e despertaram um entendimento crítico da realidade concreta do modelo de sociabilidade no qual estou inserido. Estudar acerca das expressões da questão social, ressignificou para mim a importância do Serviço Social e o modelo societário que ele defende, de uma sociedade justa, igualitária, sem desigualdades e preconceitos. Atribuir o estudo da interseccionalidade junto às minhas competências teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política, que também serão aprofundadas na discussão mais a frente, me possibilitará uma qualificação como profissional e ser, em minha prática e vida.

Este trabalho também servirá como exemplo e conhecimento para a categoria Serviço Social, com as contribuições, destaques e ressalvas abordadas, pois a profissão está na luta contra o conservadorismo, as desigualdades ocasionadas pelo modo de produção e na defesa da liberdade. Um trabalho que pauta a importância sobre os marcadores sociais que perpassam a classe trabalhadora, contribui para o avanço na luta da profissão, rumo a um projeto emancipatório do ser social.

A metodologia utilizada neste trabalho é de uma pesquisa qualitativa pois trata-se de uma revisão bibliográfica que ocorreu através dos autores referidos anteriormente e outros, que no final deste trabalho poderão ser encontrados nas referências, assim desta forma, “as abordagens qualitativas se conformam melhor a investigações de grupos e segmentos delimitados e focalizados, de histórias sociais sob a ótica dos atores, de relações e para análises de discursos e de documentos” (MINAYO, 2008, p. 57). Também foi utilizada uma pesquisa quantitativa por conta das tabelas utilizadas para explicar o debate, pois “ Numa abordagem quantitativa, definida a população, busca-se um critério de representatividade numérica que possibilite a generalização dos conceitos teóricos que se quer testar” (MINAYO, 2008, p. 196).

Deu-se então a criação do primeiro capítulo, que trata sobre a discussão dessas categorias analíticas, classe, raça e gênero como marcadores sociais, analisando as opressões presentes nesses dentro do modo de produção capitalista. Logo após, no segundo capítulo a interseccionalidade é apresentada para entender como esses marcadores podem se cruzar e conseqüentemente as violações em cada um deles, que ao se interseccionarem ampliam as desigualdades, mostrando que a mulher afro-brasileira é o maior alvo. Ainda no mesmo capítulo, o Serviço Social é apresentado como uma profissão capaz de utilizar da interseccionalidade como forma de ferramenta, uma vez que ele trabalha diretamente com a população e assim, partiremos para as considerações finais.

CAPÍTULO I

CLASSE, RAÇA/ETNIA E GÊNERO NO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA

A sociedade no modo de produção capitalista é dividida de diferentes formas. Algumas dessas divisões podem ser encontradas através de marcadores sociais, uma classificação de categorias sociais. A classe, a raça e o gênero são alguns desses marcadores, sendo o primeiro responsável por identificar as diferenças e divisões de classes, encontrar suas particularidades e desigualdades postas dentro da sociabilidade atual. O mesmo serve para a raça/etnia, desta vez pautada através da cor, cultura e origem, a forma como diferentes povos têm hábitos distintos. E o último, seria o gênero, que na sociabilidade atual não se baseia somente em mulheres e homens, mas que dado o seu histórico, as mulheres sofreram diferentes violações com o passar dos anos.

Esses marcadores são capazes de classificar as diferenças e semelhanças dentro de um contexto social, econômico, político e cultural, entre pessoas e coloca-las como desiguais. É importante destacar que dentro do modo de produção capitalista esses marcadores têm um outro papel também importante, que é o de identificar as pessoas que são afetadas pelas desigualdades causadas por esse sistema. Sendo assim, neste capítulo, será estudado de forma separada a classe, a raça e o gênero como classificações sociais, para chegar até a intersecção desses. Uma pessoa pode ser representada por mais de um marcador, baseado nisso, ela sofre um número maior de desigualdades, preconceitos, falta de oportunidades por aqueles que não estão dentro desta marcação.

Acontecimentos externos do Brasil, aparecem com a finalidade de contextualizar o processo da formação sócio-histórica brasileira. Coloco em evidência o fato de que a ordem dos marcadores foi escolhida através da relação e contato com cada um deles dentro da universidade de forma cronológica, mas isso não altera o estudo, pois a intersecção destes está no capítulo 2. Também não se trata de um capítulo que provém apontar que um marcador é mais importante que o outro, tão pouco, colocar que determinado indivíduo deriva de uma atenção maior. O foco é entender o contexto desses marcadores dentro do modo de produção capitalista para chegarmos à intersecção dos mesmos e como isso afeta a sociedade.

1.1 A construção da Classe e o modo de produção.

A Classe é um conceito analítico que perpassa de forma econômica, política e social, a estrutura da sociedade, ocasionando em divisões. As divisões de classe já existiam com as primeiras separações de terra e assim se sucedem com as primeiras divisões do capitalismo.

O pré-capitalismo ou capitalismo comercial (séc XVI), foi dado logo após o fim do feudalismo, que ocorreu devido ao avanço social e cultural que ocorria, criação de cidades, o êxodo rural, a expansão dos comércios e outras mudanças estruturais. Essa fase do capitalismo comercial trouxe consigo a busca incessante por metais preciosos e o domínio das terras em que eles eram encontrados para explorá-los. Assim, iniciou-se as grandes navegações em busca de outras regiões para a exploração de matéria-prima, sendo o início da colonização e o ponto forte da escravização realizada para obter mão de obra e serventia nos países explorados.

Roubar riquezas foi a forma encontrada entre os burgueses da época no pré-capitalismo para a realização do que mais tarde seria entendido como “acumulação primitiva”⁸. Neste período, a exploração de novos territórios e conhecimentos serviram como fonte para o aumento no número da escravização, de forma que aqueles detentores de riquezas iniciaram o tráfico negreiro. Pois através de armas letais, diversas populações e culturas ficaram ameaçadas pelos europeus.

É importante salientar que a escravização do período colonial para a escravização ocorrida antes do feudalismo não funcionou da mesma forma e muito menos ocorreu pelo mesmo motivo. Nas primeiras explorações por território, o processo de escravidão ocorreu pelas conquistas de terras, período em que reis conquistavam o espaço e todo aquele povo devia serventia a eles. Já no período colonial, esse fato ocorreu devido às pessoas brancas considerarem-se povos mais desenvolvidos, com grande armamento, conhecimentos distintos de povos não brancos, o que os fez considerar como inferiores, a partir disso começaram a ocupar seus espaços e escravizá-los, pelo fato racial e cultural.

“Nas sociedades de classe os meios de produção garantem aos seus proprietários maior e melhor quantidade da riqueza social produzida. Tem sido assim desde os tempos onde o trabalho escravo constituía a base da produção de excedente.” (SILVA, ARAÚJO, PEREIRA 2021, p. 6). A mudança difundida de um período para o outro é marcada através da quebra

⁸ A partir de Marx (1984), a acumulação primitiva baseia-se num processo histórico que separa o trabalhador dos meios de produção. É considerada “primitiva” por fazer parte da pré-história do capital e do modo de produção.

total de posse entre os trabalhadores sobre aquilo que eles mesmos produziam. Este marco demonstra a entrada do Capitalismo Industrial no séc. XVIII.

Essa fase ocorreu através de uma nova etapa de produção devido ao desenvolvimento das fábricas na substituição de ferramentas por máquinas e o uso do vapor como energia. Com a chegada das primeiras fábricas para a produção de mercadorias transformadas a partir das matérias-primas, a divisão de classes fica muito mais evidente com o trabalho assalariado ganhando participação. Neste período, a classe trabalhadora começa a gerar mais-valia, o que demarca mais a diferença entre as classes.

Mas a força de trabalho possui uma qualidade única, um traço que a distingue de todas as outras mercadorias: ela cria valor – ao ser utilizada, ela produz mais valor que o necessário para reproduzi-la, ela gera um valor superior ao que custa. E é justamente aí que se encontra o segredo da produção capitalista: o capitalista paga ao trabalhador o equivalente ao valor de troca da sua força de trabalho e não o valor criado por ela na sua utilização (uso) – e este último é maior que o primeiro. O capitalista compra a força de trabalho pelo seu valor de troca e se apropria de todo o seu valor de uso. (NETTO, 2006, p. 69).

Com a mais-valia inserida no processo de trabalho e produção, a classe trabalhadora sofria uma exploração ocasionada pela alta jornada de trabalho, que ocorria justamente para gerar esse valor. Para entender parte dessa exploração, temos a jornada de trabalho do operante, dentro dessa jornada seu tempo é dividido entre o trabalho necessário, aquele responsável pelo seu salário e a outra parte dessa divisão é o trabalho excedente.

Diferente do necessário, o trabalho excedente é um trabalho que excede, ultrapassa o necessário, isso porque esse trabalho a mais, que gera mais valor. Esse mais valor ou mais-valia, apesar de ser realizado pela atividade do operário, seu ganho vai totalmente para o capitalista. Não existe um tempo exato para se calcular essa exploração, levando em consideração o exemplo de que a carga horária do trabalho em sua maioria é de oito horas, dependendo de sua função, seu trabalho necessário pode ser realizado em uma, duas horas e todo o restante excedente ser de domínio exploratório do capitalista.

A venda da força de trabalho e a não detenção da propriedade privada, separa a classe trabalhadora, como aquela que explicitamente produz, mas não detém, e seu consumo se dá através do trabalho para sobreviver. A polarização entre as classes fica bem demarcada através de inúmeras lutas por direitos sociais e civis. Por conta da baixa remuneração e condições precárias de trabalho, a classe operária se une para participar de organizações sindicais e trabalhistas para reivindicar melhores condições de trabalho.

Naquele momento - a segunda metade do século XIX -, a força de trabalho reagia à exploração extenuante, fundada na mais-valia absoluta com a extensão do tempo de trabalho, e também à exploração do trabalho de crianças, mulheres e idosos. A luta de classes irrompe contundente em todas as suas formas, expondo a questão social: a luta dos trabalhadores com greves e manifestações em torno da jornada de trabalho e também sobre o valor da força de trabalho. (BEHRING, 2007, p. 54).

Dada a exploração e acumulação que a burguesia detinha, a desigualdade crescia e acentuava o pauperismo entre a classe trabalhadora. Não só a pobreza, como diversos fatores como a fome, o trabalho precário, a violência, o desemprego entre outros, que deram origem às expressões da questão social, que seriam as desigualdades sociais causadas pelo modo de produção capitalista. Diversos problemas foram encontrados a partir disso, em meados de 1830, durante o movimento de industrialização. Assim, a expressão “Questão Social”

Surge para dar conta do fenômeno mais evidente da história da Europa Ocidental que experimentava os impactos da primeira onda industrializante, iniciada na Inglaterra no último quartel do século XVIII: trata-se do fenômeno do pauperismo. Com efeito, a pauperização (neste caso, absoluta) massiva da população trabalhadora constituiu o aspecto mais imediato da instauração do capitalismo em seu estágio industrial- concorrencial (NETTO, 2001, p.42).

Com isso, entende-se que além de representar essas desigualdades, a questão social é muito extensa e traz consigo um significado amplo com inúmeras ramificações. A questão social também representa a classe trabalhadora que está inserida nesse contexto, inclui a exploração desse sistema, como ele é mascarado e reproduzido. Apresenta a essência de um modelo econômico, político e social que coloca o trabalho exploratório como forma de subsistência e que interfere no cotidiano.

Desta forma, a “Questão Social” e suas expressões são o espelho da realidade da classe trabalhadora, já que ela apresenta a posição de explorado, que o trabalhador ocupa dentro do modo de produção capitalista. Enumera vários determinantes para além dos sociais que esse sistema causa, através de uma série de desigualdades e que atinge diretamente o proletariado. E foi através das expressões de inúmeras desigualdades sociais que a classe trabalhadora lutou de diversas formas pela conquista de direitos.

A união entre a classe trabalhadora significou um progresso conjunto nos direitos sociais voltados aos trabalhadores daquela época. Antes da entrada do Capitalismo Industrial haviam algumas leis nos anos anteriores que garantiam alguns direitos aos trabalhadores, como o Estatuto dos Trabalhadores de 1349, o Estatuto dos Artesãos de 1563, as Leis dos Pobres Elisabetanas que se perpetua entre os anos de 1531 a 1601 e a Lei de Domicílio de 1662. Essas leis e direitos aos trabalhadores e pobres que antecederam o período industrial

tinham um caráter coercitivo, já que impedia os pobres de negociarem o valor que recebiam, continham o crescimento da classe trabalhadora, colocando salários baixos para manter o básico, como alimentação.

Logo após, já com o capitalismo industrial vigente, houve a Lei Speenhamland de 1795 que mantinha a ordem social de castas e proibia a livre circulação de mão de obra. A Nova Lei dos Pobres (Poor Law) de 1835, funcionava ao contrário, liberando a força de trabalho. Em 1847, a Inglaterra aprovou a primeira lei que fixava a jornada de trabalho em 10 horas ao máximo por dia, o que fortaleceu outros países a adotarem a mesma medida.

É importante salientar que tal conquista só ocorreu através de muitas manifestações, greves, paralisações pelos operários, até chegar à conquista dos direitos. Parte desses direitos foram cedidos pelo receio da burguesia caso a classe trabalhadora se rebelasse contra eles, durante os atos de manifestações. Por isso, a concessão de direitos tem um viés antagônico, já que alguns direitos sociais existiam para manter a ordem. Dialogue com a citação “As sociedades pré-capitalistas não privilegiam as forças de mercado e assumiam algumas responsabilidades sociais, não com o fim de garantir o bem comum, mas com o intuito de manter a ordem social e punir a vagabundagem.” (BEHRING, 2008, p. 47).

Com a conquista dos direitos, o capitalismo passava por mudanças, as indústrias estavam expandindo seus negócios e criando grandes centros industriais, monopólios.

O aparecimento, em menos de trinta anos, de grupos capitalistas nacionais controlando ramos industriais inteiros, empregando enormes contingentes de trabalhadores e influenciando decisivamente nas economias nacionais alterou de modo extraordinário a dinâmica econômica⁹. Em poucas décadas, esses gigantes monopólios (centrados na indústria pesada) extravasariam as fronteiras nacionais, estendendo a sua dominação sobre enormes regiões do globo. Mas, já então, entre fins do século XIX e os primeiros anos do século XX, o grande capital – a partir daí geralmente conhecido como capital monopolista – , firmemente estabelecido na produção industrial, se constituía como a coluna vertebral da economia capitalista, articulando formas específicas de controle das atividades econômicas (o pool, o cartel, o sindicato, o truste etc.). Uma vez estruturados e consolidados esses monopólios, mudou a fisionomia do capitalismo; consumada a monopolização. (NETTO, 2006, p. 123,124).

Adiante com a grande força e crescimento das indústrias, chegamos ao Capitalismo Monopolista ou Financeiro no séc XIX. Nessa fase, temos novas formas e mecanismos de obter-se lucro e controle sobre o mercado, dada a era de grandes monopólios e oligopólios que foram formados durante esse processo de crescimento das indústrias. Para o fortalecimento

⁹ Nota de rodapé nº 12 encontrada no texto original do autor.

desse processo financeiro, o capitalista utiliza de alguns mecanismos para se manter dentro do mercado econômico, conhecidos como Truste, Holding e Cartel¹⁰.

O primeiro, Truste, é caracterizado pela junção entre duas empresas ou mais de negócios semelhantes e diferentes, para expandir sua área de comércio. Essa união ocorre através de acordos formais ou informais, podendo ser classificado como truste vertical, sendo aquele cuja participação de outra empresa de ramo diferente se dá desde a primeira etapa de produção até a última e o truste horizontal, no qual empresas de um mesmo segmento trabalham juntas com um produto igual. Dessa forma elas crescem e dominam o mercado.

O segundo mecanismo, conhecido como Holding, baseia-se na compra de ações de diversas empresas de segmentos semelhantes e diferentes. Desta forma é possível uma empresa que na maior parte não tem atividade produtiva deter controle sobre outras empresas. Essa prática por mais comum que seja, contrária à ideia de livre concorrência dentro do mercado, pois apenas uma única corporação pode deter todas as empresas, o que exclui a ideia de concorrência. Esse processo também é conhecido por ser a etapa que mais rende concentração de dinheiro dentro do modo de produção capitalista.

O último e mais emblemático de todos é a formação de cartéis, organizados através de reuniões secretas que estabelecem os preços dos produtos no mercado, para evitar a perda de lucro. Apesar de sua semelhança com o Truste, o Cartel baseia-se em um acordo para igualar os preços do mercado e não existe junção entre empresas. Torna-se emblemático por não ser um livre acordo entre as partes e sim uma pressão que atinge principalmente as pequenas empresas. A prática de Cartel tem um grande histórico de violência e mortes para aqueles que se recusam a aumentar o valor de seus produtos.

É importante destacar o fato de que os bancos contribuíram para a expansão desses monopólios, através do financiamento dessas empresas, com empréstimos, créditos e investimentos “o sistema bancário e creditício tem o seu papel econômico-financeiro substantivamente redimensionado – comporta níveis e formas diferenciados que vão desde o “acordo de cavalheiros” à fusão de empresas, passando pelo pool, o cartel e o truste”. (NETTO, 1996, p. 20).

Tais mecanismos são responsáveis por alterar a estrutura do trabalho já que a monopolização traz consigo diversos fatores desfavoráveis ao trabalhador. O desemprego conjuntural, já que um único funcionário pode ser designado a fazer funções para três

¹⁰ Conceitos utilizados dentro do modo de produção capitalista, para identificar mecanismos de concentração e centralização de dinheiro, José Paulo Netto (Serviço Social) e André Franco Montoro Filho, Roberto Luis Troster, (Economia) foram utilizados como fontes.

empresas diferentes que sofreram uma fusão. O desemprego estrutural advém da lei geral da acumulação capitalista, advindo principalmente da tecnologia e do período industrial, esse com o maquinário, computadores e programadores responsáveis de realizar tarefas que antes eram realizadas por um trabalhador.

Por conta do desemprego, forma-se então um contingente de trabalhadores aguardando uma vaga, como reserva. “Cria-se sistematicamente um exército industrial de reserva sempre disponível, dizimado durante parte do ano pelo mais desumano trabalho forçado e, durante a outra parte, degradado pela falta de trabalho” (MARX, 1867, p. 366). A existência desse contingente de pessoas que necessitam de emprego aponta a desigualdade ocasionada pelo capitalismo. Conforme a acumulação, centralização e concentração de dinheiro cresce e diminui o público de seu domínio, tem-se como consequência um número maior de pessoas precisando de emprego, o que ocasiona na permanência desse exército industrial de reserva, sendo ele mais um dos mecanismos importantes para a permanência da era monopolista. Essa demanda sinaliza o desemprego e conseqüentemente um número de população excedente que pertence à classe trabalhadora.

E é essa classe que sobrevive através do trabalho sendo explorada, que se encontra em situação desfavorável e exploratória no que diz respeito às condições de trabalho, já que o desemprego atua de forma intencional para contínua oferta da venda de sua força de trabalho e estar empregado é a forma principal de sobrevivência. Ainda que trabalhando, essa classe enfrenta péssimas condições de trabalho que aflige sua saúde.

Uma vez que uma classe detém propriedades e máquinas, terras e riquezas, poder e influência pode-se dizer que indiretamente ela é proprietária de quase tudo e com o Estado não é diferente. O mesmo existe e pode ser visto como um regulador de normas e leis, um fiscalizador de direitos e executor, porém tudo isso ocorre sob o controle da burguesia. Desde sua origem o Estado atende à classe dominante, colocando em prioridade os interesses dela.

O Estado existe, regula, fiscaliza, mas sob demanda da burguesia, o que limita a mobilização e participação da população sobre melhorias e avanços que venham beneficiar o proletariado, ainda que esses estejam previstos em leis. Entre os inúmeros direitos conquistados pela classe trabalhadora, temos os direitos sociais, sendo eles uma manobra de contenção para que essa classe não se rebelasse, ainda que tivesse conquistado através de muita luta pelos operários.

O próprio Estado fragmenta a questão social e encobre as desigualdades presentes, ocasionadas pelo modo de produção capitalista. Então parte da conquista dos trabalhadores

nesses direitos, ocorreu para manter essa classe dentro do sistema e amenizar o pauperismo, como forma de reerguer aqueles que precisam, para que logo se encaixem no modo de produção. São direitos que não foram feitos atender às complexidades das desigualdades presentes no capitalismo, tal como trabalhadores que precisam do trabalho para sobreviver e não se adequam ao perfil empregatício.

Manter essa hierarquia de classes é vista como algo importante para que a concentração de renda fique somente nas mãos dos capitalistas. Temos então uma polarização hierárquica e familiar, pois os monopólios, as propriedades privadas e o acúmulo de capital é sempre passado à frente para um herdeiro da família, que coloca como obstáculo à ascensão de pessoas pobres em outras empresas, promovendo uma exclusão de forma indireta. Tal ação mostra o quão antagônico é a liberdade desse sistema, já que a desigualdade dificulta o poder de compra de um trabalhador.

Temos a “Liberdade”, conceituada pelo ato de ser livre, liberto, sem ter nada que lhe prenda, isso no sentido básico do significado da palavra. A ideia de liberdade é difundida no modo de produção capitalista, a ideia de ser livre para suas escolhas, você é livre para comprar uma casa, para se candidatar a uma vaga de emprego e a ideia de livre mercado, baseado nas ações econômicas para poder investir e comprar. Porém, diversos autores discutem sobre a profundidade do significado de liberdade, o conceito, os limites e possibilidades.

Adentrando o ideário liberal sobre a liberdade na economia, temos que o Estado não deve intervir na economia, pois cabem aos próprios indivíduos se organizarem perante a sua produção e venda de comércio, pois são livres para isso. A meritocracia é um dos pontos fortes desse ideal, já que tudo conquistado é devido ao seu esforço, somente você é responsável pelo seu sucesso e riqueza. Através desse pensamento percebemos que a liberdade atua como mera formalidade dentro do capitalismo, já que a desigualdade do sistema capitalista, interfere nos direitos iguais.

Sem dinheiro não sou livre para não trabalhar, pois preciso custear minha moradia, alimentação, sem dinheiro também não se pode viajar para onde quiser e quando quiser. Essa ideia de liberdade dentro do capitalismo mostra a falha no sistema, já que para ser livre é preciso ter dinheiro.

Até aqui temos que a classe é um dos marcadores sociais que explicita sobre em qual posição hierárquica você se encontra e aonde tem mais chance de chegar. Ela estabelece uma conexão mais direta com o capitalismo, através do dinheiro e do trabalho, que são precedentes

para sobreviver dentro deste contexto. Além de apontar a polarização na divisão de classes tomada pela detenção dos meios de produção.

Existem então inúmeros antagonismos e contradições encontrados dentro do modo de produção capitalista. Podemos começar nos mecanismos como Truste, Holding, Cartel que inviabilizam a ideia de ampla concorrência dentro do mercado. Ou até mesmo o Exército Industrial de Reserva, que está disponível para oferecer sua mão de obra a baixo custo, devido ao desemprego.

Temos as expressões da “questão social”, que trazem consigo todas as desigualdades que esse sistema causou e causa. Aponta as inúmeras desigualdades que através do funcionamento do capital jamais poderão ser resolvidas, pois é uma questão ligada diretamente com o modo de produção capitalista que só será solucionada com o fim desse sistema. Também não se pode esquecer que a permanência do capitalismo ocorre através de uma classe que detém poder, influência e dinheiro, determinantes importantes para estabelecer o sistema econômico que pertencemos.

Chegamos à conclusão de que o berço da desigualdade é formado através do capital e a exploração da classe trabalhadora. Os adventos antagônicos e mecanismos para a continuidade desse sistema, são os pilares da construção e da manutenção da ordem. O capitalismo é um sistema que não tem planejamento em prol da população afetada com suas crises, já que após cada crise, ele se renova em cima de mais exploração e aumentando seu lucro. Mas ainda que sem um planejamento, ele se mostra totalmente planejado em desigualar as classes, dividir, separar e explorar. Adiante, entraremos no debate sobre a raça e a importância dela dentro do modo de produção capitalista.

1.2 A Raça numa perspectiva de desvantagens e privilégios.

A classe não foi a única coisa afetada através do modo de produção capitalista, pois no decorrer da história da civilização as pessoas não brancas sofreram um processo árduo e punitivo, por causa da raça, antes mesmo do capitalismo instaurar-se. A busca pelo acúmulo de riqueza, no período do pré-capitalismo, foi um dos piores momentos vividos pela população negra, até chegar à modernidade com o advento do racismo. O homem procurava explorar diversas áreas, as de conhecimento científico, as de conhecimento regional e os saberes filosóficos também, o século XVIII era um período de busca constante, por isso nesses períodos muitos tomavam conhecimento da filosofia, assim,

O século XVIII e o projeto iluminista de transformação social deram impulso renovado à construção de um saber filosófico que tinha o homem como seu principal objeto. O homem do iluminismo não é apenas o sujeito cognoscentes do século XVII celebrizado pela afirmação cartesiana penso, logo existo: é também aquilo que se pode conhecer; é sujeito, mas também objeto do conhecimento. A novidade do iluminismo é o conhecimento que se funda na observação do homem em suas múltiplas facetas e diferenças “enquanto ser vivo (biologia), que trabalha (economia), pensa (psicologia) e fala (linguística)”.³ ¹¹Do ponto de vista intelectual, o iluminismo constituiu as ferramentas que tornariam possível a comparação e, posteriormente, a classificação, dos mais diferentes grupos humanos com base nas características físicas e culturais. Surge então a distinção filosófico-antropológica entre civilizado e selvagem, que no século seguinte daria lugar para o dístico civilizado e primitivo. (ALMEIDA, 2018, p. 20 -21).

O processo de transformação do projeto iluminista do século XVIII ocasionou a separação de pessoas não brancas daqueles que eram brancos, o que desencadeou diversos fatores negativos num viés étnico-racial. Esse ideário iluminista de tirar o mundo das trevas e trazer a liberdade fez com que grupos considerados “primitivos” tivessem seus direitos cessados de cultivar a sua própria cultura. Através de muitas mortes, roubos e destruição com o intuito de promover a liberdade e igualdade dos europeus deu-se então o período colonial, pois esse processo expandiu-se por diversos países, ou seja, a dominância de alguns países e povos sobre outros.

A Revolução Haitiana¹², que teve início em 1791, ocorreu numa colônia francesa chamada de Saint-Domingue, em que a população iniciou um movimento de luta pela liberdade e independência do país (que mais tarde foi chamado de Haiti), com a finalidade de libertar os escravizados e deixarem de ser colônia, o que ocorreu em 1804. Esse acontecimento, deixou em evidência que a ideia iluminista de trazer igualdade, liberdade a todos os povos estava restrita aos europeus. A realidade ali era outra, povos sendo massacrados, obrigados a largar suas tradições e dominados para obedecer àqueles que invadiram seus territórios. Famílias separadas, riquezas roubadas e levadas para fora daquele território que ficou marcado por sangue e dor.

O processo de escravidão ocasionado através do colonialismo europeu na África e América tratou os povos negros e indígenas como primitivos, por uma leitura embranquecida da cor e cultura desses povos. Essa seleção e criação da ideia de raça tratou de subordinar os

¹¹ Nota de rodapé nº 3 encontrada no texto original do autor.

¹² O povo negro haitiano, escravizado por colonizadores franceses, fez uma revolução para que as promessas de liberdade e igualdade universais fundadas pela Revolução Francesa fossem estendidas a eles, assim como foram contra um poder que consideraram tirano, pois negava-lhes a liberdade e não lhes reconhecia a igualdade. O resultado foi que os haitianos tomaram o controle do país e proclamaram a independência em 1804. (ALMEIDA, 2018, p. 21-22)

não-brancos aos povos europeus, classificando então a superioridade entre raças e culturas de acordo com a cor da pele e traços fenótipos. Também ocorreu o epistemicídio¹³ da cultura e história desses povos durante o período em que a escravidão permaneceu.

Assim, a escravização ocorre marcada por trabalhos incessantes, estupros, mortes, torturas, mas também com bastante guerra e reivindicação por liberdade e direitos. Foi a força desses povos que fez com que a escravidão tivesse seu fim no século XIX. Isso ocorreu formalmente por papéis e acordo, mas na prática os escravizados continuaram cumprindo esse papel por muitos e muitos anos, até o fim das colônias e ainda existem casos no contemporâneo de trabalhos análogos a escravidão.

Com o tempo, a antropologia e a biologia certificaram-se de constatar que não há nada biologicamente que difere pessoas brancas daquelas não brancas, porém essa relação com a raça e o social existe para além do que já fora explicado, porque está englobada nas relações sociais, é parte estrutural da nossa formação.

Podemos dizer que o racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam. (*IBIDEM*, p. 25).

Silvio de Almeida (2018) afirma que há, principalmente, três diferentes correntes de análise do racismo - o racismo individual, institucional e estrutural. O primeiro, caracterizado como racismo moral ou individualista, parte de princípios morais e éticos para explicar o racismo, sendo atribuído a experiências individuais.

Já nas concepções de racismo institucional, percebe-se um importante avanço, ao tratar sobre o racismo nas instituições e como elas contribuem para reprodução do mesmo. Nesta concepção, o racismo opera dentro das instituições na relação de privilégios ou não privilegiadas/os de acordo com a raça. Ocorre diante de um grupo que predomina e domina aquele ambiente, seja numa posição de poder ou de privilégio pela cor, o que favorece para a reprodução do racismo dentro daquele local.

Além disso, apresenta-se a concepção do racismo estrutural, defendida pelo autor. De acordo com Almeida (2018), o racismo é sempre estrutural, ainda que se manifeste nos sujeitos e nas instituições, ele é parte de algo enraizado, que estrutura a sociedade em que

¹³ É um termo criado pelo Boaventura Souza Santos, sociólogo nascido em Portugal, para explicar “à destruição de algumas formas de saber locais, à inferiorização de outros, desperdiçando-se, em nome dos desígnios do colonialismo, a riqueza de perspectivas presente na diversidade cultural e nas multifacetadas visões do mundo por elas protagonizadas” (SANTOS, MENESES, 2009, p. 183).

vivemos. Durante o processo de abolição em 1888, haviam inúmeros mecanismos de reprodução da desigualdade racial no Brasil, que sofreram mudanças através de lutas.

Destaca-se o fato de que o movimento negro¹⁴ no Brasil ocorreu em 70, mas é no período colonial com libertos e escravizados, que começa o movimento de resistência. Essa organização por parte do movimento negro fortaleceu as lutas pós-abolição, como o movimento da Chibata de 1910, protagonizado por um marinheiro negro contra os maus-tratos que eles e seus companheiros sofriam, por parte da tripulação branca dentro do navio. “A Frente Negra Brasileira (1931-1937) é também mais um exemplo. Essa associação de caráter político, recreativo e beneficente surge, em São Paulo, no período pós-abolição, com intenções de se tornar uma articulação nacional.” (GOMES, 2011, p. 140). Devido a exclusão dos negros na mídia, eles próprios criaram a mídia negra paulista no século XIX, que desmentia os estereótipos criados à população negra no pós-abolição e trazia uma nova leitura sobre essas pessoas.

Após a abolição da escravidão não houve um processo de adaptação e inclusão dos negros, que passaram boa parte da vida sendo escravizados e foram libertos sem quaisquer oportunidades. Temos a Lei de Terras ocorrida em 1850 com a finalidade de distribuir as terras para os europeus que aqui residiam e aos brasileiros que pudessem comprar, o que automaticamente já deixava a população preta excluída desse processo. Logo após veio a Lei Eusébio de Queiroz (1850) que abolia o tráfico negreiro e a Lei Áurea (1888) que aboliu a escravidão.

A privatização e vendas de terras ocorreram próximo às leis que acabavam com o processo de escravização, mas foi colocada em prática antes com a finalidade de garantir que a população recém liberta não tivesse acesso à terra, restando os cortiços e favelas, zonas e áreas periféricas sem a mínima infraestrutura. A sociedade não cedia espaços ou oportunidades para que os ex-escravizados pudessem trabalhar, morar e se alimentar. Então desta forma, os acontecimentos geridos pela população negra contribuíram para a inclusão dos negros libertos no Brasil.

¹⁴ O movimento negro contemporâneo, enquanto movimento social, pode ser compreendido como um novo sujeito coletivo e político que, juntamente com os outros movimentos sociais, emergiu na década de 70 no cenário brasileiro. Enquanto sujeito coletivo, esse movimento é visto na mesma perspectiva de Sader (1988), ou seja, como uma coletividade onde se elaboram identidades e se organizam práticas através das quais defendem-se interesses, expressam-se vontades e constituem-se identidades, marcados por interações, processos de reconhecimento recíprocos, com uma composição mutável e intercambiável. (GOMES, 2011, p. 135).

Cada uma dessas organizações viveu processos de tensão interna, contradições, conflitos, assim como todas as ações emancipatórias presentes nas sociedades. No entanto, podemos dizer que, a luta contra a escravidão, no passado, e a superação do racismo e da discriminação racial, no presente, são pontos comuns na história das populações negras organizadas no Brasil e na América Latina. (*IBIDEM*, p. 141).

Na obra *Cidade Febril Cortiços e Epidemias na Corte Imperial*, Sidney Chalhoub (1996) vai tratar sobre o Cabeça de Porco, o cortiço mais famoso e populoso do Brasil, localizado no Rio de Janeiro, mais precisamente no centro. O autor conta a violência sofrida pelos moradores desse cortiço, sob os ditames do Estado, que queria tirar aquela população dali e “higienizar” o ambiente. A realidade é que ele teve seu fim em 1893, com 50 anos de existência.

A iniciativa do Estado em acabar com o Cabeça de Porco se deu por medo das revoluções escravistas que ocorriam naquele período e por isso seria melhor dar um fim naquelas moradias populares. Estima-se que mais de quatro mil pessoas moraram naquele espaço e que havia pelo menos 100 habitações construídas. O ambiente era tão famoso que seu nome se tornou um termo terminológico para moradias populares ou simples, apelidando assim, com o passar do tempo, casas periféricas de Cabeça de Porco. O grande contingente de pessoas dentro daquele espaço, incomodava o Estado, que logo providenciaram de destruir o lugar, ato que gerou questionamento,

A destruição do cortiço carioca mais famoso da época não foi um ato isolado, e sim um evento no processo sistemático de perseguição a esse tipo de moradia, o que vinha se intensificando desde pelo menos meados da década de 1870, mas que chegaria à histeria com o advento das primeiras administrações republicanas. E é preciso ao menos mencionar um outro motivo para a truculência contra os cortiços neste contexto: tais habitações foram um importante cenário da luta dos negros da Corte contra a escravidão nas últimas décadas do século XIX. Em outras palavras, a decisão política de expulsar as classes populares das áreas centrais da cidade podia estar associada a uma tentativa de desarticulação da memória recente dos movimentos sociais urbanos. (CHALLOUB, 1996, p. 25-26).

Mulheres, homens, pretos e pobres, esse era o perfil dos moradores do Cabeça de Porco, que por sinal não era o único cortiço da época, pois existiam vários outros. Dentro desses espaços era possível encontrar ex escravizados que fugiram e outros que conseguiram ser libertos, todos ali abrigados, por isso a decisão do Estado em acabar com os cortiços ao invés de proteger e estruturar aqueles locais. Logo, fica em evidência que quando apontamos o Estado como reprodutor do racismo, não estamos falando somente do sistema carcerário, mas também da impedição de pessoas pretas a terem direitos básicos, como moradia.

Na obra *Lugar de Negro* (1982), de Lélia Gonzáles e Carlos Hasenbalg, os autores abordam as questões raciais através do movimento negro, de fatos históricos tais como o golpe em de 1964, a raça fora e dentro do Brasil e outros pontos importantes na história das pessoas negras. Entre os capítulos, a obra de Florestan Fernandes é apontada como uma das fortes contribuições nessa trajetória. Esse fato ocorre, devido ao autor retratar o período pós-abolição e a inserção do negro na sociedade e no mercado de trabalho.

Na sua avaliação da situação social e econômica do negro nas décadas imediatamente posteriores ao fim do escravismo, a discriminação racial e a preferência dos empregadores por trabalhadores brancos imigrantes aparecem junto com uma forte ênfase nas deficiências culturais do ex-escravo - ausência de normas organizadas de comportamento, desorganização social e familiar. Por outro lado, preconceito e discriminação raciais, são vistos como requisitos do funcionamento do regime escravista, mas como sendo incompatíveis com os fundamentos jurídicos, econômicos e sociais de uma sociedade de classes. (GONZÁLES, HASENBALG, 1982, p. 87).

Os apontamentos das obras de Florestan (1965;1972) sinalizado pelos autores, encaixam-se juntos aos que os moradores do Cabeça de Porco se depararam no período pós-abolição, sem qualquer estrutura ou adaptação para a inserção das pessoas negras, ex-escravizados na sociedade. À vista disso, a demarcação e divisão de terras e o racismo sofrido por essas pessoas entram como fatores para apontar a desigualdade racial. A respeito das terras, fica explícito o mecanismo tomado através das leis, que impossibilitou a maior parte da população negra da conquista por esses espaços e as condicionou em moradias precárias.

Em relação à inserção em empregos e na sociedade como cidadãos, o preconceito racial ocasionado pelo período da escravidão proporcionou essa relação dos brancos com os não-brancos e a ideia de raça dominante, então

Com relação ao racismo, além dos efeitos das práticas discriminatórias, uma organização social racista também limita a motivação do nível de aspirações do negro [...] Desta forma, as práticas discriminatórias, a tendência a evitar situações discriminatórias e a violência simbólica exercida contra o negro reforçam-se mutuamente de maneira a regular as aspirações do negro de acordo com o que o grupo racial dominante impõe e define como “os lugares apropriados” para as pessoas de cor. (*IBIDEM*, p. 90). De quem?

Embora a história explique como se deu o processo racial e o aparecimento do racismo, o contexto não pode ser usado como justificativa. Existem duas formas de reconhecer o crime de racismo, uma é através da injúria racial, quando alguém ofende uma pessoa por conta de sua cor, crença. A pena para injúria era de reclusão de 1 a 3 anos e multa,

previsto no art. 140, § 3.º do Código Penal, porém o Governo Lula sancionou uma lei aprovada pelo Congresso no dia 21 de Janeiro de 2023, que equipara as punições para o crime de injúria racial ao de racismo.

O crime de racismo ocorre quando uma pessoa entra em desvantagem por conta de sua cor. Essa desvantagem pode ser de diversas maneiras, tais como: impedir uma pessoa de entrar em um estabelecimento, negar uma vaga de emprego por conta da cor, invalidar qualquer direito a uma pessoa por conta da cor e outras formas que podem ser encontradas na Lei 7.716/89. O crime de racismo é inafiançável, como diz o art. 5º, inciso XLII da Constituição Federal e leva de 2 a 5 anos de prisão, depois da alteração ocorrida no Governo Lula, a mesma penalidade vale para o crime de injúria racial.

Essas leis que tipificam o racismo como crime só ocorreram devido ao histórico de lutas do movimento negro. No período de escravidão e após o movimento negro se organizou na luta contra o racismo e as desigualdades raciais através de manifestações e debates com a população, a mídia e políticos. Aumentava o número de eventos, mobilizações em prol de ações e políticas afirmativas¹⁵ que buscassem a construção de uma verdadeira democracia racial e não algo abstrato.

No ano de 1995, em comemoração ao tricentenário da morte de Zumbi dos Palmares, as diversas organizações do movimento negro brasileiro organizaram a Marcha Zumbi dos Palmares Contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida, realizada no mês de novembro, em Brasília. O evento reuniu mais de 20 mil pessoas e contou com o apoio de várias organizações de esquerda que, naquele momento, estabeleceram um pacto político de participarem da luta antirracista. Como resultado dessa mobilização, foi entregue ao então Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, o Programa de Superação do Racismo e da Desigualdade Racial, que apresentava um diagnóstico identificando a situação social, econômica, educacional e política da população negra, no Brasil. O documento exigia uma posição do governo brasileiro diante da necessária superação do racismo. (GOMES, 2011, p. 142).

As ações afirmativas, ainda que existam para corrigir as desigualdades, também amparam a cultura e a história dos antepassados, de pessoas não-brancas que construíram o Brasil, antes mesmo da colonização. Durante esse processo, considera-se relevante tratar, ainda, sobre a falácia do “racismo reverso”, que seria o racismo sofrido por pessoas brancas, justamente para que não atrapalhe a construção das políticas afirmativas. Tal afirmativa, sobre

¹⁵ As ações afirmativas trazem em si uma nova pedagogia: a pedagogia da diversidade, a qual produz saberes. Estes deveriam ser matéria de reflexão teórica, uma vez que possibilitam a construção de um diálogo epistemológico. No caso específico da educação superior, essas políticas deveriam ser entendidas como canais profícuos de chegada à Universidade de saberes produzidos não só pelo movimento negro e pela comunidade negra em geral, mas, sobretudo, pela juventude negra. (GOMES, 2011, p. 138).

o racismo reverso, até seria possível se o racismo não fosse algo além de uma piada ou coisa do tipo, porém o racismo é estrutural que segrega e inibe as possibilidades de pessoas não brancas.

Pessoas brancas não deixam de ocupar espaços ou chegar a grandes posições por conta de sua cor, muito menos veem seus direitos violados pelo mesmo motivo. Não é possível associar uma ofensa ou discriminação devido ao fenótipo de alguém branco com o racismo, já que essa atitude não a impossibilita de acessar algum espaço. Ainda que fosse real, não haveria possibilidade da existência desse substantivo, já que o racismo é um só e não existem classificações de acordo com a cor do indivíduo que sofreu.

A importância de falar sobre o tal “reverso” é justamente para que esse argumento não acabe se tornando um ideário do senso comum, pois ele tira o foco do que é o racismo e principalmente de quem sofre. Fato é que cada vez mais que a população conhece sobre o racismo, mentiras e argumentos controversos são criados para diminuir a gravidade da questão e apontar que todos são iguais, têm os mesmos direitos e sofrem pelos mesmos problemas.

Essas violências decorrentes do racismo, afetam a população negra num todo, porém em alguns isso pode ocorrer de forma diferente, de acordo com o gênero. Isso porque a mulher é colocada numa posição subserviente na sociedade em relação ao homem, logo as desigualdades traçadas em mulheres pretas, são distintas. É através disso, que iremos iniciar o subcapítulo sobre gênero, com a finalidade de entender como ele influencia no modo de produção capitalista.

1.3 Gênero e as desigualdades do sexo feminino.

As relações de raça e de classe afetam homens e mulheres, dentre esses sabemos que as mulheres se encontram sem os privilégios que os homens brancos detêm. O gênero é um marcador social capaz de salientar a posição da mulher dentro do modo de produção capitalista, seja no trabalho, na rua ou até mesmo em casa e como isso é afetado pelas tarefas demandadas. As relações de desigualdade ocasionadas pelo gênero são demarcadas pelo sistema patriarcal no qual estamos inseridos, assim temos que:

“Patriarcado” é um sistema social no qual a diferença sexual serve como base da opressão e da subordinação da mulher pelo homem. O poder patriarcal pode ser entendido em função do âmbito familiar, como poder do pai sobre a esposa e sobre os filhos. Originalmente o termo se refere aos patriarcas do Velho Testamento, como

Abrahão, que era um ancião com poder absoluto sobre mulheres, crianças, rebanhos e subordinados. [...] em termos mais amplos, o poder patriarcal diz respeito à capacidade masculina de controlar o corpo da mulher, para fins reprodutivos ou sexuais. (PISCITELLI, 2009, p. 132).

Entendemos hoje que o patriarcado é uma estrutura social, econômica e política em que homens brancos cisgêneros detêm o poder e domínio sobre a sociedade. Em suma, o poder que os homens têm sobre as mulheres. O patriarcado afeta a raça, a sexualidade e a classe, mas principalmente o gênero, logo as mulheres sofrem as opressões e subordinações dessa estrutura patriarcal e ainda que possam reproduzi-las, elas estariam favorecendo a dominância masculina.

É importante salientar que a dominância patriarcal não se particulariza ao sexo biológico e sim à construção do feminino, logo mulheres trans e travestis também são vítimas. Isso porque essa estrutura associa o feminino como algo fraco, frágil, subserviente, sendo características que podem ser usadas não somente para pessoas, mas para aquilo que se identifica como algo feminino, algo designado para mulheres fazerem. As tarefas domésticas e higiênicas, por exemplo, tiveram a sua construção associada às mulheres.

Logo, ainda que essas tarefas básicas não tenham relação alguma com o gênero, a não ser a de preconceito, são funções que se qualificaram como femininas, destinadas às mulheres, através de uma concepção patriarcal.

Assim como as obrigações maternas de uma mulher são aceitas como naturais, seu infinito esforço como dona de casa raramente é reconhecido no interior da família. As tarefas domésticas são, afinal de contas, praticamente invisíveis: “Ninguém as percebe, exceto quando não são feitas – notamos a cama desfeita, não o chão esfregado e lustrado”¹⁶(EHRENREICH, ENGLISH, 1975, p. 6 *apud* DAVIS, 2016, p. 236).

As relações sexuais e a reprodução são objetos de dominância masculina também reafirmados e impostos pelo patriarcado, pois como a própria origem do nome diz: “a autoridade do pai”, a qual pode ser reforçada pela ideia anterior da mulher ter que cuidar da casa, dos filhos, enquanto o homem trabalha para prover segurança e qualidade a essa família. Tendo assim, a mulher como um objeto responsável pelos cuidados domésticos, para suprir os desejos sexuais do marido e garantir a reprodução de seus filhos (SAFFIOTI, 2015).

O patriarcado não é um fenômeno ou uma estrutura natural, as relações de gênero com a dominância masculina, o conceito de família tradicional, a sexualização do corpo feminino e outros fatores, que funcionaram e atuam como pilares para o patriarcado ser fundado

¹⁶ Nota de rodapé nº 2 encontrada no texto original da autora.

socialmente. Destaca-se que essa relação do patriarcado com o gênero se difere através da raça, para tanto traz-se o contexto histórico do período de escravidão nos Estados Unidos da América, em que podemos separar essa realidade entre mulheres pretas e brancas, ainda que sujeitas ao sexismo e do patriarcado. No período de 1830 que foi marcado por grande resistência nas Américas, temos mulheres brancas e pretas lutando pelo mesmo motivo, mas com ideais diferentes, pois,

As mulheres brancas do Norte – tanto as donas de casa de classe média quanto as jovens operárias [a] ¹⁷– frequentemente evocavam a metáfora da escravidão quando tentavam expressar suas respectivas opressões. Aquelas de melhor situação econômica começaram a denunciar o caráter insatisfatório de sua vida doméstica, definindo o casamento como uma forma de escravidão. Para as trabalhadoras, a opressão econômica sofrida no emprego tinha uma forte semelhança com a escravidão. (DAVIS, 2016, p. 52-53).

Naquele período, ambas queriam direitos tais como o de liberdade e de serem reconhecidas como cidadãs, porém em circunstâncias totalmente opostas. As mulheres brancas de classe média tinham uma casa, renda e condições mais que mínimas para sobreviver, lutavam pela liberdade de gênero, contra as obrigações de afazeres domésticos e contra a pouca liberdade regida dentro do casamento. Também haviam as mulheres brancas que eram pobres, lutavam pelos mesmos ideais, porém em condições desfavoráveis e precárias devido à exploração ocasionadas pelo trabalho, mas que ainda assim não podia se equiparar à escravidão.

Entre as mulheres trabalhadoras e aquelas que vinham de prósperas famílias de classe média, as primeiras certamente tinham motivos mais legítimos para se comparar às escravas. Embora fossem nominalmente livres, elas eram tão exploradas em suas condições de trabalho e em seus baixos salários que a associação com a escravidão era automática. Ainda assim, eram as mulheres com recursos financeiros que evocavam essa analogia de modo mais literal em seus esforços para expressar a natureza opressiva do casamento. (*IBIDEM*, p. 53).

Vivendo uma realidade totalmente distinta, as mulheres pretas apoiavam os movimentos no anseio da liberdade, mas vivendo em um espaço sem poder sair, em condições precárias e insalubres, não esbanjavam de uma refeição decente, tão pouco conseguiam se higienizar dadas a realidade imposta. As mulheres eram vítimas de violência doméstica, mas em diferentes contextos, já que as mulheres pretas apanhavam de seus colonizadores. Tão pouco poderia se comparar a prisão de um casamento com a escravidão sofrida por essas

¹⁷ Nota de rodapé letra A encontrada no texto original da autora.

mulheres pretas, fato que era usado como argumento entre as mulheres brancas dentro do movimento, naquele período.

Em sua obra *Enegrecer o Feminismo: a Situação da Mulher Negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero*, Sueli Carneiro (2020) evidencia que a luta de mulheres brancas na especificidade Latina, pelo direito de ir às ruas e trabalhar, demonstra uma particularidade e privilégio dessas mulheres, uma vez que mulheres negras já trabalhavam durante séculos como escravizadas nas ruas e lavouras.

As mulheres negras tiveram uma experiência histórica diferenciada que o discurso clássico sobre a opressão da mulher não tem reconhecido, assim como não tem dado conta da diferença qualitativa que o efeito da opressão sofrida teve e ainda tem na identidade feminina das mulheres negras. (CARNEIRO, 2020, p. 1).

Na América Latina, as condições dadas à cor da pele eram semelhantes quando afetadas pelo patriarcado na América inteira, o que facilitou em relação aos movimentos que estavam surgindo em prol das mulheres por todo o continente, pois as lutas que haviam nos Estados Unidos serviram como inspiração para as mulheres latinas. Em 1830, nos Estados Unidos, começou um movimento abolicionista pelas mulheres brancas de classes distintas, com o desejo de conquistar a liberdade e para isso elas contavam com a ajuda de todas. A participação das mulheres negras deu-se através daquelas que tinham comprado a sua liberdade junto das que conseguiram fugir de seus colonizadores.

Em um longo período de décadas ocorreram inúmeras conferências, assembleias, reuniões e protestos abordando a causa abolicionista. Ainda que representassem a liberdade das mulheres escravizadas, a maior parte da participação nesses movimentos sociais era de mulheres brancas e ricas, o que dificultou a contemplação de algumas mulheres, pois a realidade de mulheres brancas era distinta das mulheres pretas. Em 1848, uma convenção na Filadélfia convocou mulheres negras a se juntarem ao debate abolicionista, ocorrendo logo após a conquista pelo direito dessas mulheres negras se apresentarem, na Convenção Nacional das Pessoas de Cor Libertas.

A participação da mulher negra nos debates abolicionistas representou um grande avanço nos anos seguintes, ainda que não pudessem participar ou fossem convidadas para todos os debates, sua aparição instruiu mulheres brancas sobre a realidade da escravidão, numa perspectiva de escravizadas e não de escravocratas.

Ao longo dos anos 1850, convenções locais e nacionais atraíram números crescentes de mulheres para a campanha por igualdade. Não era um fato incomum que

Sojourner Truth comparecesse a esses encontros e, apesar da inevitável hostilidade, se levantasse e tomasse a palavra. Ao representar suas irmãs negras – tanto as escravas como as “livres” –, ela transmitia um espírito de luta à campanha pelos direitos das mulheres. Essa foi a excepcional contribuição histórica de Sojourner Truth. E, caso as mulheres brancas tendessem a esquecer que as mulheres negras não eram menos mulheres do que elas, sua presença e seus discursos serviam como um lembrete constante. As mulheres negras também obteriam seus direitos. (DAVIS, 2016, p. 80).

No ano de 1863 começa a funcionar o ato de emancipação assinado pelo presidente Abraham Lincoln, em que aproximadamente 4 milhões de escravizados foram libertos. Ainda com vários direitos conquistados através de muita luta entre as partes, o cenário mudou, mas permaneceu desfavorável para as mulheres pretas nas primeiras décadas após a abolição da escravatura. Em 25 anos após a “liberdade”, muitas mulheres negras ainda trabalhavam no campo, algumas escolheram permanecer na casa-grande em oferta de seus serviços e outras realizavam serviços domésticos para diversas famílias brancas, enquanto mantinham sua liberdade (DAVIS, 2016).

No Brasil, o cenário era quase o mesmo já que o conceito de liberdade mostrava ser questionável, pois eram libertas por lei, mas não detinham condições para exercer a liberdade, o direito de ir e vir. Assim, essas mulheres negras se mantiveram por um grande período ofertando seus serviços para sobreviver, porque não tinham casa, dinheiro e muito menos seriam aceitas em algum emprego decente. Esse cenário apresentava uma diferença no contexto social entre as mulheres negras e brancas em razão da cor, que influenciou na posição da mulher negra até as gerações atuais.

As “mazelas” patriarcais influenciaram muito em relação à proatividade e cidadania dessas mulheres negras e brancas. A relação de poder exercida pelo homem aumentava a desigualdade entre os gêneros tornando mais desafiante a perspectiva e relação de vida das mulheres. Essa influência do patriarcado fez com que muitas mulheres não conseguissem adentrar à produção, já que não era algo direcionado a elas, fato que começou a mudar com o Capitalismo Industrial no séc. XVIII, devido ao aumento das indústrias e a necessidade de força de trabalho.

A tradição de submissão da mulher ao homem e a desigualdade de direitos entre os sexos não podem, contudo, ser vistas isoladamente. Sendo a família a unidade econômica por excelência nas sociedades pré-capitalistas, a atividade trabalho é também desempenhada pelas mulheres das camadas menos privilegiadas. Embora não se possa falar em independência econômica da mulher (esta é uma noção individualista que nasce com o capitalismo), pois o trabalho se desenvolvia no grupo familiar e para ele, o mundo econômico não era estranho à mulher. (SAFFIOTI, 1976, p. 18).

Com a chegada das mulheres ao mercado de trabalho de forma assalariada, começaram inúmeras implicações no ambiente do trabalho, o assédio, a falta de igualdade, limitação de serviços, um salário desproporcional, entre outras. Nos anos de 1870, em alguns lugares do mundo as mulheres começavam a serem reconhecidas enquanto assalariadas, através de um processo de “feminização do trabalho¹⁸”, em que

[...] ocorreu o aumento da exploração do trabalho da mulher onde se intensificou por meio da divisão sexual do trabalho considerando que características eram determinadas socialmente às mulheres, como por exemplo o cuidado, a capacidade de realizar várias tarefas ao mesmo tempo, a tranquilidade, a resistência, o que se configura na feminização do trabalho. Dessa maneira, pode-se dizer que a feminização do mundo do trabalho determina fatores importantes para o capital produzir e reproduzir. (IORI; SILVA, 2020, p. 128).

Esse termo marca o período do surgimento de profissões precarizadas e o interesse do capital em força de trabalho de forma barata. "As mulheres foram usadas pelo capital como ferramentas para flexibilizar as condições e as leis de trabalho, alcançando inclusive a força de trabalho masculina" (NOGUEIRA, 2004 *apud* IORI; SILVA, 2020, p. 128). Dessa forma, a inserção das mulheres no mercado de trabalho ocorreu de modo contraditório, parte pelas reivindicações e luta feminina e outra pelo interesse na força de trabalho fácil e barata.

Embora a inserção do público feminino tenha ocorrido, o reconhecimento pelo trabalho ainda era difícil. Katherine Johnson (1918 - 2020) foi uma matemática, física, que se destacou na ciência espacial, onde ficou conhecida por elaborar e traçar o caminho do homem à lua. No entanto, o fato que é narrado e fica em evidência em jornais e livros é sempre sobre o primeiro homem que foi à lua. Sem todo o trabalho desenvolvido por Johnson, o homem não teria chegado lá naquele período e existem inúmeras mulheres por trás de grandes trabalhos cujos foco e prestígio são destinados aos homens.

A “Teoria da Reprodução Social¹⁹”, elaborada por feministas marxistas, prevê que a luta de classes, dadas as condições de trabalho, aparece como o centro nas sociedades que são exploradas. O debate proposto por VOGEL em sua obra: *Marxismo e a opressão às mulheres: por uma teoria unitária* (1983), visa entender a inserção das mulheres dentro do capitalismo e apontar suas opressões. Para a autora, o processo de reprodução realizado pelas mulheres estabelece-se como algo preciso para manter a reprodução do capitalismo. É através dessa

¹⁸ Empregos que surgiram de forma emergente prioritariamente destinados à mulheres, com baixa remuneração e condições de trabalho precárias.

¹⁹ VOGEL, Lise. **Marxism and the Oppression of Women: Toward a Unitary Theory**. Chicago: Haymarket Books, 2013 [1983].

reprodução que há uma comparação entre o trabalho produtivo com o reprodutivo, pois ainda que homens e mulheres desdobrem-se em atividades remuneradas, os trabalhos domésticos não são devidamente reconhecidos enquanto práxis dentro do modo de produção capitalista. Esses trabalhos são em sua maioria realizados por mulheres, o que aponta uma grande desigualdade entre os gêneros e reforça a influência do patriarcado sobre as mulheres.

A “divisão sexual do trabalho” é um outro termo que ficou em evidência já que o homem reproduz um trabalho produtivo nas fábricas, empresas e comércios, enquanto a mulher realiza o trabalho improdutivo, que são destinados aos cuidados da casa e dos filhos. Essa divisão, aponta as tarefas atribuídas às mulheres, em sua maioria de cunho doméstico, não valorizadas. E de fato, tanto a teoria da reprodução social quanto a divisão sexual do trabalho evidenciam a mulher numa posição de submissão dentro do capital, já que realizam mais tarefas do que os homens e são subordinadas às decisões desses, sendo essa uma das inúmeras formas de violência sofrida pela mulher dentro do modo de produção capitalista.

Essa divisão sexual está tão enraizada nas relações sociais que desde a infância tem-se a influência e poder ideológico, através das cores e objetos para crianças, relacionando o que é ou não para determinado gênero. Panelinhas destinadas às meninas geram uma grande interferência futuramente, igualmente aos brinquedos de armas, espadas, num contexto de guerra, força e dominação para os meninos. Assim, ainda que tenha sido construído, o patriarcado tenta naturalizar as suas formas de atuação social.

Ninguém contesta que o poder seja central na discussão de determinada fase histórica do gênero, já que este fenômeno é cristalino. O que precisa ficar patente é que o poder pode ser democraticamente partilhado, gerando liberdade, como também exercido discricionariamente, criando desigualdades. (SAFFIOTI, 2015, p.112).

No contemporâneo, essas desigualdades ao gênero continuam persistindo. Em 2021, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE trouxe dados que apontam a maior dificuldade entre as mulheres para a inserção no trabalho e que a diferença se acentua entre as de cores preta e parda, para isso, usaram

Indicadores tradicionais de monitoramento do mercado de trabalho desagregados por sexo revelam desigualdades expressivas entre homens e mulheres. A Taxa de participação (CMIG 3), que tem como objetivo medir a parcela da população em idade de trabalhar (PIT) que está na força de trabalho, ou seja, trabalhando ou procurando trabalho e disponível para trabalhar, aponta a maior dificuldade de inserção das mulheres no mercado de trabalho. (IBGE, 2021, p. 2).

Através de dados do IBGE (2021), abaixo tem-se uma tabela de uma pesquisa realizada em 2019, nela está representada a taxa da população de 15 anos ou mais que exercem a sua força de trabalho no Brasil dividida entre homens e mulheres, brancos e pretos/pardos e o total.

Tabela 1 - População de 15 anos ou mais, que exercem a sua força de trabalho.

	HOMEM	MULHER
BRANCA	74,1	55,7
PRETA/PARDA	73,4	53,5
TOTAL	73,7	54,5

Fonte: IBGE (2021)

Na tabela é perceptível a diferença entre os gêneros, já que cerca de 19,2% a mais de homens trabalham fora de casa. O que pode ser justificado pelo estereótipo de que a mulher cuida da casa enquanto o homem trabalha, através da tabela a seguir.

Tabela 2 - Média de horas entre mulheres e homens com 14 anos ou mais que realizam algum tipo de trabalho doméstico.

	HOMEM	MULHER	TOTAL
BRANCA	10,9	20,7	16,5
PRETA/PARDA	11,0	22,0	17,1

Fonte: IBGE (2021)

A tabela 2 apresenta a média de horas das mulheres de 14 anos ou mais que se dedicam aos cuidados com os afazeres domésticos ou com pessoas em casa, segundo o IBGE (2021). Segundo os dados, as mulheres brancas passam mais tempo em casa comparado às mulheres pretas.

No Brasil, em 2019, as mulheres dedicaram aos cuidados de pessoas ou afazeres domésticos quase o dobro de tempo que os homens (21,4 horas contra 11,0 horas). Embora na Região Sudeste as mulheres dedicassem mais horas a estas atividades (22,1 horas), a maior desigualdade se encontrava na Região Nordeste. O recorte por cor ou raça indica que as mulheres pretas ou pardas estavam mais envolvidas com os cuidados de pessoas e os afazeres domésticos, com o registro de 22,0 horas semanais em 2019, ante 20,7 horas para mulheres brancas. Para os homens, contudo, o indicador pouco varia quando se considera a cor ou raça ou região. (*IBIDEM*, p. 3)

Através dos dados IBGE (2021), os gêneros ainda se diferenciam na área da educação e na saúde. As mulheres só assumem a maior porcentagem de forma positiva entre as que progrediram nos estudos e na expectativa de vida. Já o percentual com uma maior diferença está no número de violência sofrida entre os gêneros.

Tabela 3 - Percentual de violência sofrido por mulheres e homens fora e dentro de domicílio.

	NO DOMICÍLIO	FORA DO DOMICÍLIO
HOMENS	11,2%	88,8%
MULHERES	30,4%	69,6%

Fonte: IBGE (2021)

Em outra análise, o IBGE (2021) destaca o fato de que dentro e fora de domicílio as mulheres pretas e pardas são maiores vítimas nas taxas de homicídio, do que as brancas, o percentual é maior ainda fora de casa. Homens são minorias se comparado às mulheres.

Em todos os dados apontados pelo IBGE, as mulheres pretas e pardas encontram-se em maior desvantagem quando relacionadas a algo que não seja prejudicial. Em contrapartida, nas taxas de violência são as maiores vítimas quando comparadas às mulheres brancas. Esse recorte racial e de gênero, que também pode ser atribuído à classe dessas mulheres, nos condiciona ao estudo da Interseccionalidade, já que essas mulheres estão interseccionadas por diferentes marcadores sociais dentro do modo de produção capitalista que acentua essas desigualdades.

CAPÍTULO II

INTERSECCIONALIDADE E SERVIÇO SOCIAL: UMA RELAÇÃO NECESSÁRIA.

As profissões que dialogam diretamente com o público, são importantes devido a mudança que elas podem decorrer na vida do usuário em contato, sendo o Serviço Social uma delas. Durante a atuação profissional são necessárias ferramentas para intervir, desta forma a interseccionalidade, conceito apresentado pela autora norte-americana Kimberlé Crenshaw, para apresentar as opressões interseccionadas pelas mulheres afro-americanas, será apresentada neste seguinte capítulo como uma categoria analítica num recorte da sociedade brasileira, em destaque a mulher afro-brasileira, como um estudo com potencial para ferramenta de intervenção. Assim, partiremos do conhecimento interseccional, para entender como os marcadores sociais atuam de forma conjunta. As referências de fora do Brasil, servem para qualificar a construção e entendimento do termo, analisando a experiência e origem da interseccionalidade dentro de outros continentes, para compreender de que forma ela se dá no Brasil. Por fim, após esses pontos, discutiremos sobre a origem e carências dentro do Serviço Social, apontando a importância da interseccionalidade como referencial teórico.

2.1 A interseccionalidade e a mulher afro-brasileira.

Através da discussão sobre gênero, as desigualdades sofridas pelas mulheres ficaram expostas e por isso, nota-se a diferença entre as mulheres brancas e pretas, devido à raça. Assim, temos a concepção de interseccionalidade como uma análise social que busca evidenciar as diversas formas de submissões, violações e desigualdades que ocorrem na sociabilidade capitalista, ocasionadas pelo modo de produção no qual vivemos. Temos a classe, a raça/etnia e o gênero/sexo, como alguns dos marcadores sociais dessa concepção, pontos que se interseccionam através de algumas contraposições oriundas do racismo, sexismo e pobreza como formas de opressões.

Embora esse assunto já venha sendo abordado por inúmeras autoras, o conceito etimológico da palavra interseccionalidade foi registrado pela primeira vez através da professora e militante dos direitos sociais norte-americana Kimberlé Williams Crenshaw, a qual afirma que

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento. (CRENSHAW, 2002, p. 177 *apud* ASSIS, 2019, p. 20).

Para além disso, a interseccionalidade identifica as formas de submissões atribuídas a determinados grupos, numa análise não só social, mas também de caráter político e civilizatório. Ela aponta aspectos a serem questionados, problematiza e traz consigo a importância de determinados assuntos para a sociabilidade. Crenshaw utiliza uma metodologia para mostrar a invisibilidade interseccional²⁰, dividida em superinclusão e subinclusão.

Entende-se por superinclusão, por exemplo, quando as opressões de gênero olham somente para a questão da mulher e ignora o fator raça como existente, “no qual o marcador de gênero é visto como o único possível para interpretar a condição das mulheres na sociedade”. (ASSIS, 2019, p. 21). Contrário a isso, temos a subinclusão, em que essas particularidades como a de raça, que não atendem diretamente a todo o grupo de gênero não têm relevância, sendo assim “as questões de algumas mulheres não são vistas como problemas de gênero por não serem problemáticas relativas às mulheres do grupo hegemônico” (CRENSHAW, 2002 *apud* ASSIS, 2019, p. 21). Entende-se por essas divisões as adversidades que podem ser criadas entre pautas e grupos importantes, que trazem um debate sobre qual causa é a mais ou a menos importante. O que a autora deixa em evidência é que não se trata disso e sim sobre grupos que passam por mais de um tipo de preconceito e por isso é importante entender os diferentes pontos e combater o agente opressor.

Mais recente, na obra da Carla Akotirene, *Interseccionalidade (2018)*, a autora vai explicar sobre a temática e dizer que ela é o conceito que dá embasamento crítico às feministas, provocando um olhar para a particularidade das classes subalternas e a população preta. À frente, ela mostra que a interseccionalidade nos permite passar pelas categorias sociais opressoras de forma inseparável, já que o próprio sistema cataloga as violações de formas separadas. Assim,

²⁰ A invisibilidade interseccional, é uma referência do “Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero” de Kimberlé Crenshaw(2002). Marcadores sociais que se cruzam, mas não conseguem identificar a forma de opressão do outro marcador durante seu cruzamento.

A interseccionalidade visa dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado²¹—produtores de avenidas identitárias em que mulheres negras são repetidas vezes atingidas pelo cruzamento e sobreposição de gênero, raça e classe, modernos aparatos coloniais. (AKOTIRENE, 2018, p. 14).

Akotirene (2018) aborda o fato das mulheres negras estarem em uma posição totalmente distinta da cisgeneridade branca heteropatriarcal e como essas mulheres têm sua identidade e subjetividade excluídas desde a colonização. A autora prossegue apontando a importância da interseccionalidade para identificar os sujeitos que realmente são oprimidos pelo capitalismo e a sociedade cispatriarcal. Esse conceito também propõe reconhecer as identidades perdidas através das opressões sofridas e o que se apagou enquanto isso ocorreu.

O conceito interseccionalidade está em disputa acadêmica, há saqueamento da riqueza conceitual e apropriação do território discursivo feminista negro quando trocamos a semântica feminismo negro para feminismo interseccional, retirando o paradigma afrocêntrico. A proposta de conceber a inseparabilidade do cisheteropatriarcado, racismo e capitalismo está localizada no arcabouço teórico feminista negro, e quem o nega comete epistemicídio e racismo epistêmico²². (IBIDEM, p. 30).

O estereótipo criado em mulheres pretas como fracas é tão comum quanto aquele de que essas mulheres são raivosas, barraqueiras e outros adjetivos que as afastem da relação de um ser humano. Os estigmas negativos também são atribuídos aos homens negros, mas que devido ao gênero, não são vistos como fracos, ao contrário, a sua força foi um dos argumentos usados na escravidão. Enquanto as mulheres negras sofriam estereótipos de fracas e histéricas, os homens negros não eram vistos como humanos, devido ao seu corpo. (AKOTIRENE, 2018).

Por conta da mídia, a população negra sofre com estigmas e estereótipos, que constantemente são reforçados. A mídia não faz um enfoque nas criminalidades cometidas por homens brancos da mesma forma que homens negros. Em um país com milhares de habitantes, é questionável porque somente zonas periféricas são condenadas, enquanto políticos moradores de bairros “nobres” são flagrados com grande quantidade de drogas, entram, saem, ocupam espaços e cargos públicos sem nenhuma condenação. Desse modo,

²¹ Cisheteropatriarcado é a junção das palavras cis (gênero-generidade), hétero (sexualidade) e patriarcado, que é o sistema do modelo de sociabilidade atual no qual homens héteros cisgênero, dominam sobre os demais gêneros e sexualidades. Referência: AKOTIRENE, Carla. O que é interseccionalidade? São Paulo: Ed. Letramento, 2018.

²² O apagamento da cultura/conhecimento produzido por povos coloniais não ocidentais através da dominação colonial imperial.

O racismo epistêmico refere-se a uma hierarquia de dominação colonial onde o conhecimento produzido pelos sujeitos Ocidentais (imperiais e oprimidos) dentro da zona do ser é considerado a priori como superior ao conhecimento produzido por sujeitos coloniais não ocidentais na zona do não-ser.

Urge enfoque interseccional de feministas brancas, capaz de compreender a inimizabilidade imposta aos homens brancos após cometerem crimes contra a administração pública. Brancos lesam a nação inteira, agridem mulheres e, no entanto, têm penas suavizadas. A interseccionalidade leva em conta a classe, promotora das negociações com as polícias e sistemas penais, diferentemente dos homens negros pobres, aos quais foram imputados os estereótipos de perigosos, agressores de mulheres e maníacos sexuais. (*IBIDEM*, p. 39).

No Brasil, território que foi invadido, colonizado e explorado com trabalho escravo a mando de países europeus, fica possível perceber a intersecção desses fatores. Autoras brasileiras negras já falavam sobre interseccionalidade sem o uso da palavra em si. Elas colocavam em pauta a condição de vida da mulher preta, criando um paralelo comparativo entre as mulheres brancas e homens brancos e negros, resgatando a forte influência e responsabilidade da escravidão e do patriarcado.

Em *Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira*, Lélia Gonzalez (1984) aponta o racismo como uma construção cuja finalidade é trazer benefícios econômicos, políticos e sociais aos brancos, “ [...] nesse sentido, veremos que sua articulação com o sexismo produz efeitos violentos sobre a mulher negra em particular. ” (GONZALEZ, 1984, p. 224). Na mesma obra, a autora vai falar sobre o mito da democracia racial²³ e como ele pesa sobre a mulher negra. “E é justamente no momento do rito carnavalesco que o mito é atualizado com toda a sua força simbólica. E é nesse instante que a mulher negra se transforma única e exclusivamente na rainha, na “mulata deusa do meu samba” (*IBIDEM*, p. 228).

Fato é que em momentos como o carnaval, a mulher negra é vista como a beldade a partir da hipersexualização de seu corpo, mas somente nesses momentos, nas semanas seguintes do ano ela é invisível e está longe de ser considerada bela. O mito da democracia racial esconde a realidade concreta diante de um modelo de sociabilidade racista e sexista, não

²³ A crença de que todos são iguais perante a lei e que por isso negros e brancos têm os mesmos direitos e privilégios, assim é desconsiderável o racismo como mecanismo de opressão e desigualdade. Referência: GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: Revista Ciências Sociais Hoje. Anpocs. 1984. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/6608168/mod_resource/content/1/06%20-%20GONZALES%2C%20L%2C%A9lia%20-%20Racismo%20e%20Sexismo%20na%20Cultura%20Brasileira%20%281%29.pdf. Acesso em: 31 de maio de 2022.

só no endeusamento carnavalesco, mas no cotidiano enquanto essas mulheres ocupam funções com desprestigiado status socioeconômico, como a de empregada doméstica, faxineira, varredora de rua.

Heleieth Saffioti (1987) faz uma leitura importante sobre a realidade da mulher negra e sua relação com a mulher branca rica, que não passa de servidão através do trabalho doméstico. Enfatiza que quando não lhe é atribuída a função de empregada, a de objeto sexual entra em cena. Enquanto cena, a autora assinala a posição dessas mulheres como atrizes na TV, que são majoritariamente em papéis de domésticas. Além disso, podemos associar o papel de “barraqueira”, quando as gravações ocorrem em algumas das favelas do Rio de Janeiro ou em outros subúrbios.

Na “ordem das bicadas” neste país, a mulher negra ocupa a última posição. Ela é duplamente discriminada: enquanto mulher e enquanto negra. De acordo com o modelo oficial, cabem-lhe, fundamentalmente, dois papéis: o de empregada doméstica e o de objeto sexual. Sugere-se ao leitor que preste atenção na publicidade de produtos de limpeza na televisão. Geralmente, o produto é recomendado a patroa branca por uma empregada negra. Nas novelas, nas peças de teatro, as empregadas domésticas são, quase sempre, representadas por atrizes negras. (SAFFIOTI, 1987, p. 52)

Conforme analisa Carneiro (1993, p. 37), “o movimento de mulheres ressurgiu no Brasil em meados da década de 1970, no bojo das lutas empreendidas pela sociedade civil e por democracia e pelo fim da ditadura militar.” A luta pela emancipação da mulher negra é relativa ao contexto pelo qual ela está inserida e é nesse período ditatorial que o movimento criado por essas mulheres começa a crescer e ganhar força politicamente. Com um resultado positivo, essa luta é marcada pela conquista de direitos na Constituição Federal Brasileira de 1988.

O Brasil sofre uma incompatibilidade com a lei descrita no papel e a realidade social, porque os direitos previstos na constituição não são garantidos em prática, tendo em vista a segurança, por exemplo, é questionável com o alto número de feminicídio no país, o que reforça a necessidade de mais mulheres continuarem nas mobilizações e organizações pelos seus direitos de desejo e aqueles já conquistados (CARNEIRO, 1993). É mediante essa persistência na luta que vários direitos foram conquistados por essas mulheres, como o direito ao voto.

Um levantamento feito pelo Cadastro Eleitoral²⁴ no ano de 2021 mostrou que o Brasil possui 77 milhões de eleitoras, o que representou 52,5% de votos nas eleições de 2018. Esse dado é de suma importância, uma vez que as mulheres representam a maior parcela dos votos no país. Esse segue sendo um exemplo, entre vários outros direitos conquistados²⁵, ainda que na prática não sejam exercidos em sua totalidade.

Mesmo com as mulheres representando a maior parte dos votos, como aponta o Cadastro Eleitoral, as violências sofridas permanecem e sobretudo com as mulheres negras. Elas não só recebem menos do que as mulheres brancas e os homens, independente da raça, como são colocadas em cargos de pequena ascensão social e baixa remuneração, estão sempre nas profissões braçais menos valorizadas. Estar na base da pirâmide é não ter opção de escolha e muito menos oportunidades. Diante disso,

Proporcionalmente, as mulheres negras sempre trabalharam mais fora de casa do que suas irmãs brancas. O enorme espaço que o trabalho ocupa hoje na vida das mulheres negras reproduz um padrão estabelecido durante os primeiros anos da escravidão. Como escravas, essas mulheres tinham todos os outros aspectos de sua existência ofuscados pelo trabalho compulsório. Aparentemente, portanto, o ponto de partida de qualquer exploração da vida das mulheres negras na escravidão seria uma avaliação de seu papel como trabalhadoras. (DAVIS, 2016, p. 10).

A escravidão deixou marcas que até hoje estão presentes e são expressas pelo racismo, fato que difere muito as figuras da mulher preta e branca, ainda que ambas sejam subsumidas ao patriarcado. Esse fato resultou na origem da criação do feminismo negro, que diferente do feminismo clássico busca entender a particularidade da mulher negra. Portanto,

Em relação a construção de um movimento feminista negro no Brasil, é importante identificarmos que a grande maioria das mulheres negras sempre militaram em instituições mistas dos movimentos negros, ou em partidos políticos, pautando a questão da mulher nessas instituições e, posteriormente, migrando para organizações exclusivas de mulheres negras, sobretudo pela impossibilidade do diálogo sobre questões de gênero, assim como o racismo tornava limitado o diálogo com as mulheres brancas. (ASSIS, 2019, p. 28).

São essas diferenças que demonstram algumas particularidades antagônicas do feminismo clássico para o negro. O primeiro, além de colocar a questão de gênero como sua particularidade, abre espaço para o mito da democracia racial e luta por desigualdades que mulheres pretas já vinham passando há décadas. Enquanto uma feminista branca educa seu

²⁴ Mais Mulheres na Política. **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/mais-mulheres-na-politica>. Acesso em: 31 de maio de 2022.

²⁵ Esses direitos são abordados no subcapítulo Gênero.

filho para não reproduzir o machismo e se beneficiar dos privilégios do patriarcado, a feminista negra educa o seu para ir além disso, pois um jovem negro precisa aprender a como se comportar em diferentes espaços, quais tipos de roupa usar, estar sempre com seus documentos, pois o patriarcado não traz benefícios aos homens negros e o racismo mata. Essas diferenças não têm por mérito colocar que um grupo é melhor que o outro, pelo contrário, elas apontam a importância da interseccionalidade como conhecimento, na perspectiva dos marcadores sociais daquelas mulheres que estão dentro desses movimentos e precisam ser representadas.

As feministas, como um destes grupos, têm usado seu poder recém-adquirido nas sociedades ocidentais para transformar o que antes eram vistos como os problemas particulares das mulheres em questões públicas. Elas mostraram como problemas pessoais das mulheres na esfera privada são de fato questões públicas constituídas pela desigualdade de gênero da estrutura social. Está claro que as experiências das mulheres euro-americanas e o desejo por transformação forneceram as bases para as perguntas, conceitos, teorias e preocupações que produziram a pesquisa de gênero. (OYĚWŪMÍ, 2004, p. 2).

Adentrando ao conhecimento de que o racismo é um processo social, mas também político, pois “ [...] como processo sistêmico de discriminação que influencia a organização da sociedade depende de poder político; caso contrário seria inviável a discriminação sistemática de grupos sociais inteiros” (ALMEIDA, 2018, p. 35). O fato de um rapaz branco não precisar se preocupar com seus trajes, comportamento e sua carteira de identidade, é um exemplo de que só somos iguais perante a lei, reforçando novamente o mito de uma igualdade entre raças.

Quando usamos a raça como uma das formas de medir a influência de um marcador social podemos considerar que houve a escravidão, mas que ainda existe o trabalho análogo a ela, em que pessoas são exploradas e colocadas em péssimas condições de vida. No ano de 2020, foi noticiado pelo G1 Triângulo e Alto Paranaíba²⁶ um caso análogo a escravidão. Madalena Gordiano, mulher preta de 46 anos, foi resgatada após viver 38 anos em condições análogas à escravidão. Sendo “adotada” de forma ilegal por uma família branca aos oito anos de idade, após sua mãe não ter tido condições para ter lhe criado com seus irmãos, ela passou anos de sua vida servindo a essa família sem quaisquer direitos à liberdade, remuneração ou condições básicas de saúde. Sua história foi descoberta após a denúncia de vizinhos e

²⁶ G1 TRIÂNGULO E ALTA PARAIBANA. **Diarista é resgatada do convívio de família em Patos de Minas onde viveu em condições análogas à escravidão por 38 anos.** 21 de dezembro de 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/triangulo-mineiro/noticia/2020/12/21/diarista-e-resgatada-do-convivio-de-familia-em-patos-de-minas-onde-viveu-em-condicoes-analogas-a-escravidao-por-38-anos.ghtml>. Acesso em: 31 de maio de 2022.

reportada pela mídia. Casos como o de Madalena acontecem mediante as diferenças entre os marcadores que as colocam de forma desigual.

Partindo para o aspecto cultural, podemos relacionar o poder branco como um dos responsáveis pela tentativa de apagamento da história do povo preto. O poder, hegemonicamente, está na mão de homens brancos, que dentro do modo de produção capitalista abusam de seus privilégios para demarcar a posição social que cada indivíduo ocupa. Assim, ter poder é contar a história da forma que melhor convém, temos como exemplo uma das maiores falácias de todas: o “descobrimento” do Brasil. No livro *O Perigo de Uma História Única*, a nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie (2019) relata sua experiência de vida, desde a infância até a fase adulta. Em uma dessas vivências, ela narra sua ida aos Estados Unidos e a ideia estereotipada que tinham sobre ela pelo fato de ter nascido na Nigéria, país africano. Nas palavras da autora:

Anos depois, pensei nisso quando saí da Nigéria para fazer faculdade nos Estados Unidos. Eu tinha dezenove anos. Minha colega de quarto americana ficou chocada comigo. Ela perguntou onde eu tinha aprendido a falar inglês tão bem e ficou confusa quando respondi que a língua oficial da Nigéria era o inglês. Também perguntou se podia ouvir o que chamou de minha “música tribal”, e ficou muito decepcionada quando mostrei minha fita da Mariah Carey. Ela também presumiu que eu não sabia como usar um fogão. (*IBIDEM*, p. 15).

Desse modo, depreende-se que a forma do homem branco formar opinião demonstra o seu poder e influência, generalizando informações que propagam o preconceito. Sempre houveram histórias de que os países do continente africano são pobres, perigosos e responsáveis por transmitir doenças. A verdade é que o colonialismo na África foi marcado pelo processo de escravização, em que a exploração e a violência ocuparam o continente. Temos a apropriação de riquezas e culturas daqueles povos e regiões usadas para fomentar a Revolução Industrial nos países europeus e hierarquizar as nações.

Essas desigualdades deixaram sequelas, que são fonte de argumento para a demonstração de ações sociais intuitivas de “salvar” a África. Através das redes sociais, inúmeros famosos e instituições exibem suas visitas no continente supracitado para prestar caridade e vender a imagem de pessoas bondosas. Esse foi um estigma que Chimamanda enfrentou após sair do seu continente de origem. Ela relata:

O que me impressionou foi: ela já sentia pena de mim antes de me conhecer. Sua postura preestabelecida em relação a mim, como africana, era uma espécie de pena condescendente e bem-intencionada. Minha colega de quarto tinha uma história única da África: uma história única de catástrofe. Naquela história única não havia

possibilidade de africanos serem parecidos com ela de nenhuma maneira; não havia possibilidade de qualquer sentimento mais complexo que pena; não havia possibilidade de uma conexão entre dois seres humanos iguais. (IBIDEM).

Ao tratar a intersecção sobre raça, gênero e classe é importante referenciar Angela Davis, ativista de grande importância no movimento negro. Ela ficou conhecida pela sua participação no *Black Panthers*²⁷, mas também pelas suas obras literárias pautadas em raça, classe e gênero. Em seu livro *Mulheres, Raça e Classe*, Davis (2016) perpassa pela interseccionalidade e por diferentes marcadores sociais, apontando a inconformidade advinda do sistema escravagista. Ela também vai falar sobre a “ideologia da feminilidade²⁸” levantando os aspectos da escravidão e as funções de servidão e matriarca da mulher negra, essa última intitulada de “*mammy*²⁹”, pois ainda que fossem mulheres, a realidade das escravizadas era a de uma trabalhadora (DAVIS, 2016).

Adiante, a autora denuncia um assunto que comumente, não é associado às mulheres escravizadas, que seria o trabalho para além da servidão e objetificação sexual. Essas mulheres não faziam somente o papel de cozinhar, cuidar da casa, das crianças ou de servirem como fonte de prazer através de estupros cometidos pelo escravizador. Assim como os homens, elas também faziam os trabalhos da lavoura, assim “da mesma forma que os meninos eram enviados para o campo ao atingir certa idade, as meninas eram designadas para trabalhar o solo, coletar algodão, cortar cana, colher tabaco” (IBIDEM, p. 11).

Em seu livro *E Eu Não Sou Uma Mulher?*, bell hooks³⁰(2020) acusa o silenciamento sofrido por ser negra e como isso fez com que enxergasse a realidade entre os marcadores sociais que interseccionavam sua vida e se questionasse o porquê dela não ser vista da mesma forma como as outras mulheres.

Meu envolvimento intenso com a criação de uma consciência feminista me levou a confrontar a realidade das diferenças de raça, classe e gênero. Assim como me rebelei contra as noções sexistas do lugar da mulher, desafiei as noções de lugar e identidade da mulher dentro dos círculos do movimento de libertação da mulher; não

²⁷ Black Panthers, no português os Panteras Negras, “[...] organização marxista estadunidense pelos direitos da população negra.” (DAVIS, 2016, p. 260). Foi um partido político que surgiu nos Estados Unidos em 1960, voltado ao combate à violência policial contra os negros, contra a segregação, contra o racismo e na luta pela conquista dos direitos civis a população afro-americana.

²⁸ Papéis e funções associados às mulheres, como cuidar, varrer, passar, lavar, dar prazer.

²⁹ Termo advindo do inglês, que em português significa “mamãe”, este está associado às mulheres pretas escravizadas que tinham a função de mãe, cuidar dos filhos de seus escravizadores, além dos cuidados da casa. Essas mulheres eram destinadas a funções que ultrapassavam ser uma babá, pois também eram responsáveis por amamentar.

³⁰ A utilização do nome em letra minúscula é uma opção política da própria autora, pois para ela não importam nomes ou títulos e sim as suas obras. “O mais importante em meus livros é a substância e não quem sou eu” (HOOKS, 2009).

consegui encontrar meu lugar dentro do movimento. Minha experiência como jovem negra não era reconhecida. Minha voz, assim como a de mulheres como eu, não era ouvida. Sobretudo, o movimento mostrou como eu me conhecia pouco e também como conhecia pouco meu espaço na sociedade. (hooks, 2020, p.10).

hooks buscava entender e questionar através de suas experiências a particularidade da raça no campo do gênero, confrontando a ideia de que todas as mulheres passam pelas mesmas formas de opressões.

Nas aulas e nos grupos de conscientização, quando eu chamava atenção para as diferenças que raça e racismo criaram na nossa vida, com frequência eu era tratada com desprezo por companheiras brancas que queriam se conectar por meio de noções compartilhadas de sororidade. E lá eu estava, esta jovem negra audaciosa, vinda da zona rural do Kentucky, insistindo em dizer que havia diferenças grandes determinando as experiências das negras e das brancas. Meu esforço para compreender essas diferenças, para explicar e comunicar o significado delas, fundamentou a escrita de 'E eu não sou uma mulher? Mulheres negras e feminismo'. (*IBIDEM*, p.11).

hooks e as demais intelectuais trazem consigo a experiência do sexismo e racismo vividos em uma outra região, além da desigualdade ocasionada pela divisão de classes, mas que não se diferem muito das experiências traçadas em países como o Brasil. Isso ocorre porque o racismo está estruturado e o modo de produção no qual estamos inseridos amplia essas opressões, articulado ao sexismo. As diversas lutas travadas pelas mulheres negras nos diferentes continentes serviram e servem como inspirações no contemporâneo.

Esses embasamentos nos permitem ter uma visão crítica da realidade diante do contexto sócio-histórico ao longo da colonização, o que deu margem para a expansão de desigualdades que não afetam a um grupo dominante. Entender os sujeitos oprimidos e explorados desse sistema é estar a par do que os aflige e desvelar os mecanismos de opressões causais para identificar e procurar formas de rompê-los. A existência desses marcadores identifica atravessamentos e quando interseccionados surgem com particularidades, abrindo um leque de abusos e agressões causadas por esse sistema.

Para além de aprendizado, a interseccionalidade com as políticas sociais, pois a categoria interseccional rompe com a ideia de que as formas de violências afetam a todos de maneira igual e é através desse entendimento que se torna possível enxergar a profundidade dos problemas e trabalhar respostas, o que a torna um forte instrumento político, para além do social. A interseccionalidade é uma das ferramentas de análise que pode ser usada como interlocução ou mediação para analisar as opressões existentes nessa sociedade.

Compreendemos que o conhecimento interseccional atravessa as formas de opressões e aponta as desigualdades de classe, raça e gênero.

Portanto, aponta-se que estamos inseridos em um contexto social que demanda a interseccionalidade como uma ação política, uma ferramenta que identifique as diferenças de marcadores sociais que se cruzam, bem como suas nuances. Através disso, respostas devem ser construídas como forma de enfrentar os desdobramentos dessas opressões, tendo em vista que para erradicá-las é necessária a supressão do modo de produção capitalista. A importância desse conceito analítico para o Serviço Social, profissão que atende as mulheres interseccionadas, será discutida a seguir.

2.2 Serviço Social e interseccionalidade.

O Serviço Social é uma profissão que surgiu no Brasil na década de 1930, voltado para um viés religioso com ligação à igreja católica, promovendo ações de caridade e filantropia direcionadas à população. O processo de culpabilização do indivíduo nesse período era recorrente por conta da religião, então o juízo de valor era comum para aquelas pessoas que cometiam erros, pois não existia um entendimento ampliado sobre as desigualdades causadas pelo capitalismo. Desta forma, entendia-se que a pobreza era responsabilidade única daquele que não procurava trabalho.

Em 1936 o Estado criou a primeira escola de Serviço Social em São Paulo, que contribuiu para o processo de profissionalização da profissão. O interesse do Estado por Assistentes Sociais, surge através das desigualdades que estavam ocorrendo nesse período devido ao avanço do capitalismo e o surgimento das expressões da questão social naquele cenário. Era necessário um profissional que soubesse dialogar com essa classe, para responder às demandas que vinham surgindo, pois naquele período estava ocorrendo algumas rebeliões sindicalistas por parte dos trabalhadores.

Embora a profissão tivesse passado por um processo que qualificou sua formação e a profissionalizou através das escolas, ainda havia muito conservadorismo. Nas décadas seguintes, a profissão recebe influência norte-americana, através da corrente filosófica positivista. Essas novas influências se deram através do Estado, que viu potencial em investir na profissão por conta da relação que os Assistentes Sociais tinham com os trabalhadores.

A participação do Estado no Serviço Social estendeu-se, e assim ele estava trazendo influências da Europa para a profissão, os estudos de caso, grupo e comunidade eram alguns

dos conhecimentos, que vieram como forma de intervenção. Nesse processo ocorre uma mistura dentro do Serviço Social, entre aprendizados norte-americanos e europeus, que vão servir como inspiração para a prática profissional do Assistente Social. Porém as medidas de atuação eram funcionalistas e tecnicistas, não havia um pensamento crítico contra o sistema, as regras eram seguidas e aplicadas, o profissional trabalhava de forma técnica e datada.

A partir de 1960, a profissão passa por um movimento de renovação/reconceituação que buscava romper com o tradicionalismo e o conservadorismo, porém somente em 1979 através do Congresso da Virada, que a profissão começa a se aproximar verdadeiramente desse rompimento e torna-se laica. Aqui, o Serviço Social é entendido como uma ciência social. Na década de 1980, inauguram-se os debates sobre a ética da profissão, em que existia a intenção de ruptura com a neutralidade que havia por conta do neotomismo e o caráter humanista cristão, nesse momento houve um contato com a obra de alguns autores como o Karl Marx. Em 1993 é sancionada a Lei que regulamentava o Serviço Social enquanto profissão, por todo o Brasil.

Com esse cenário que se deu a construção da profissão, que dado seu surgimento em berço cristão, fica quase que impossível desassociar o conservadorismo que o Serviço Social vem lutando contra durante todos esses anos. Uma parte dele está associado diretamente à religião e a outra com o modo de produção capitalista. As questões conservadoras impostas estão inseridas no modelo de sociabilidade a qual pertencemos, o que ocasiona num desafio para o Assistente Social e as demandas que surgem, assim,

[...] as condições que circunscrevem o trabalho do assistente social expressam a dinâmica das relações sociais vigentes na sociedade. O exercício profissional é necessariamente polarizado pela trama de suas relações e interesses sociais. Participa tanto dos mecanismos de exploração e dominação, quanto, ao mesmo tempo e pela mesma atividade, da resposta às necessidades de sobrevivência das classes trabalhadoras e da reprodução do antagonismo dos interesses sociais. (CFESS, 2009, p. 12).

É necessário um rompimento com a alienação sobre o sistema, para conseguir entender não somente a ele, mas as pessoas que estão inseridas nele, com a finalidade de corresponder às demandas que vão surgindo. Para atender os usuários, qualquer formação profissional precisa de um código de ética, justamente para não cometer erros, delitos, que coloquem esses indivíduos em risco. Os Assistentes Sociais seguem o código de ética de 1993, mas que na profissão já houveram outros até a chegada deste último.

O primeiro código de ética do Serviço Social foi elaborado pela Associação Brasileira de Assistentes Sociais (ABAS) em 1948. No ano de 1965 houve a criação de mais e assim posteriormente nos anos de 1975, 1986, até em 18 de Março de 1993, o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), publicar a resolução nº 273/93 com o documento do último código de ética. Esse código é regido em princípios e preceitos que regem a profissão, que no caso do Serviço Social, é relacionado com o Projeto Ético Político³¹ (PEP) que a profissão defende.

O Projeto Ético Político da profissão, traz consigo um conjunto de valores e conhecimentos de um modelo de sociedade diferente do atual, cujo a classe trabalhadora seria representada pelo fim da exploração. A liberdade e a autonomia são encontradas como finalidade dentro deste novo projeto, para que ocorra a transformação da economia e da política. Os direitos sociais, políticos e econômicos, seriam ampliados para benefício de toda a sociedade. “Ou seja, uma organização social onde o trabalho explorado seja substituído pelo trabalho associado, o que impõe como consequência uma nova ordem societária, sem exploração/dominação de classe, etnia e gênero.” (VASCONCELOS, 2015, p. 434).

Dentre os 11 princípios fundamentais que estão no Código de Ética do Assistente Social (CFESS, 1993), o número VI incentiva a diversidade entre os grupos discriminados e é contrário às diversas formas de preconceitos. Enquanto o princípio de número XI, que se relaciona com o VI, aponta que devemos respeitar e ser respeitados, independente da classe, raça/etnia, gênero/sexo, idade, religião e outras categorias que venham a ser usadas de forma discriminatória. Esses princípios moldam o respeito como parte necessária para a atuação do profissional e estão relacionados diretamente com a interseccionalidade dentro da sociedade brasileira, já que são pontos interseccionados por ela que afetam os indivíduos.

A profissão enfrenta um grande desafio no que consiste a sua prática profissional dentro de um sistema que é totalmente contrário ao que ela defende. É importante salientar que as atividades desenvolvidas pelo Assistente Social durante a sua atuação, trazem consequências para a vida do usuário e isso pode contribuir para o processo de alienação ou não, sobre a situação na qual ele se encontra. Embora exista um combate contra os dogmas cristãos, o processo de culpabilização que o usuário sofre pela sua situação dentro do capital, é algo indissociável do mesmo, ainda que a religião e o Estado tenham sido responsáveis por

³¹ Como o próprio nome diz, trata-se de um projeto do Serviço Social, que está em construção, com idealizações ético-políticas que buscam a emancipação humana do indivíduo, a liberdade e outros direitos. Referência: TEIXEIRA, Joaquina Barata; BRAZ, Marcelo. O projeto ético-político do Serviço Social. In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais, 2009. Disponível em: https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/teixeira-joaquina-barata_-braz-marcelo-201608060407431902860.pdf. Acesso em: 24 de jan de 2023

essa culpa. Essa indissociação ocorre por causa da desigualdade gerada, que permite ideais meritocráticos entre as pessoas.

Devido ao modo de produção, a formação do Assistente Social carece de boas referências para a sistematização de um conhecimento crítico da realidade. Ana Maria de Vasconcelos, pós-doutora em Serviço Social, escreveu alguns livros que falam sobre o Serviço Social e o profissional, enumerando as dificuldades, avanços e conquistas. Vasconcelos (2015), aponta a importância de um processo de formação qualificado para que aquele profissional consiga ter uma boa atuação, pois o atendimento é capaz de influenciar de diversas formas o usuário que está diante dele. Assim,

É diante desse complexo casual que podemos perceber como o processo de formação e a qualidade do exercício profissional carregam as consequências da mutilação dos indivíduos sociais no capitalismo, consequências que impactam brutalmente a classe trabalhadora nos seus diferentes segmentos e, conseqüentemente, impactam a categoria dos assistentes sociais como sua parte e expressão. (*IBIDEM*, 2015, p. 440).

O capitalismo, não necessita de profissionais qualificados com uma expertise surrealista, pelo contrário, ele busca os mais alienados possíveis, com a intenção de não gerarem senso crítico algum. VASCONCELOS (2015) vai apontar como o modo de produção vigente se fortalece através desses Assistentes Sociais, que fortalecem a reprodução do sistema de forma acrítica, aqueles que são qualificados, não são interessantes. Por isso, a autora aponta a importância de uma formação com um bom referencial teórico, que gere uma análise capaz de entender além da superficialidade.

A relação do Serviço Social com a interseccionalidade, é algo que está em construção em muitas instituições, no conteúdo metodológico adquirido pelo estudante durante a graduação. É mais comum ter acesso ao debate da raça e gênero, além da classe, de formas separadas e não a junção desses conteúdos e sua importância. A falta de um estudo interseccional, demonstra uma carência diante do conhecimento necessário para aqueles estudantes que irão se tornar futuros Assistentes Sociais.

Baseado na realidade brasileira, em que temos um grande número de pobres, mulheres e negros, é de suma importância material teórico sobre a história e cultura dessa população dentro do Brasil, como ela se construiu e desenvolveu-se com o passar dos anos e em quais condições ela se encontra atualmente. Desta forma, o Assistente Social terá uma leitura da sociedade no passado, para colocar em prática sua atuação no presente, durante o seu atendimento. Assim, o conhecimento de uma política interseccional, relacionando os fatores

da realidade brasileira para entender como eles atuam separados e em conjunto, qualifica de diversas formas o trabalho desse profissional e o atendimento com o usuário.

O Assistente Social assume uma postura ética e profissional com seus conhecimentos através de seu juramento, atualizando-se mesmo após formado de acordo com a realidade social e suas mudanças na política, economia, saúde e diversos outros setores, dessa forma, ele precisa estar ancorado em três dimensões. A primeira é a dimensão Ético-Política, baseada no Projeto Ético Político da profissão, sendo necessária para que o Assistente Social conheça os princípios e valores éticos que a profissão defende, assim como o modelo do projeto societário que está vinculado à profissão. Isso é importante para se opor a qualquer posicionamento que desqualifique a classe trabalhadora, perpetue o preconceito ou acentue a desigualdade, já que a categoria profissional, defende a liberdade, o respeito e busca uma emancipação enquanto ser.

A segunda dimensão é a Teórico-Metodológica, entendida como aquela responsável pelo conhecimento adquirido durante e após a formação. Nela está o arcabouço teórico do profissional, seus aprendizados que serão usados na prática, confrontando o conservadorismo presente na nossa sociedade. A interseccionalidade adentra a essa dimensão, como uma sapiência sobre um assunto que poderá ser usado no cotidiano.

A Técnico-Operativa é a última dimensão, que está pautada na prática profissional. Ela está relacionada ao atendimento e as práticas que o Assistente Social usará através daquilo que lhe é oferecido dentro do ambiente de trabalho, expandindo de forma ética a sua limitação e conseguindo acessar a população de forma prática. Aqui temos a construção e elaboração de um

instrumental técnico-operativo como a articulação entre instrumentos e técnicas, pois, expressam a conexão entre um elemento constitutivo dos meios de trabalho (os instrumentos de trabalho) e o seu desdobramento – qualitativamente diferenciado – ocorrido ao longo do desenvolvimento das forças produtivas (as técnicas). Portanto, as técnicas se aprimoram a partir da utilização dos instrumentos, diante da necessidade de sua adequação às exigências de transformação dos objetos, visando ao atendimento das mais variadas necessidades humanas. A técnica pode ser tomada – então, como uma qualidade atribuída ao instrumento para que ele se torne o mais utilizável possível, em sintonia com a realidade do objeto trabalhado (TRINDADE, 2001, p. 23 *apud* CLOSS, SCHERER, 2017, p. 44).

Essas dimensões apontam a qualificação profissional do Assistente Social, o que demonstra o quão alinhado ele está com a profissão. Desta maneira, a interseccionalidade entra como mais um dos conhecimentos adquiridos para ser colocado em prática com a profissão e a comunidade. Durante o processo técnico-operativo, será necessário a

pré-idealização de algumas atividades que serão realizadas dentro do serviço, identificar a ação certa para determinada demanda é desafiador, por isso,

Um dos grandes desafios hoje colocados aos assistentes sociais consiste em formular projetos que materializarão o trabalho a ser desenvolvido. Cada vez mais, é imperativo ao assistente social identificar aquilo que requer a intervenção profissional, bem como reconhecer de que forma essa intervenção irá responder às necessidades sociais que, transformadas em demandas, serão privilegiadas nos processos de trabalho nos quais a profissão é requerida. (COUTO, 2008, p. 1).

É necessário que o Assistente Social idealize, elabore e construa, baseado na sua capacidade teleológica e isso deve ocorrer junto de uma leitura social para determinada demanda. Estamos falando do planejamento, a capacidade do profissional em planejar atividades técnico-operativas com a finalidade de responder às demandas apresentadas em seu local de trabalho. Através de uma ação planejada, as atividades desenvolvidas no campo de trabalho serão qualificadas de acordo com o conteúdo estudado que poderá ser materializado de alguma forma.

O planejamento exige uma base de estudos, conhecimentos, pesquisas, para que ele seja realizado, desta forma concluímos que por se tratar de uma prática que exige saberes teóricos e práticos, a interseccionalidade contribui como conteúdo e ensinamento na atuação do profissional. O Assistente Social em sua atuação não se baseia somente naquilo que ele tem, pois é uma profissão que cobra a plena participação em debates, elaboração de propostas dentro dos direitos resguardados a população e isso se deve através de planejamento. A viabilização de direitos ocorre através do profissional, mas também demanda de seu vínculo com o Estado, para que ele fique ciente sobre as demandas que surgem pelos indivíduos.

No processo de reconceituação³² do Serviço Social, no qual houve uma aproximação com o marxismo para adquirir material crítico dialético na dimensão teórico-metodológica, período no qual a profissão foi reconhecida como uma ciência, houve a construção dos próprios saberes que resultaram no Projeto Ético Político. Através disso, a própria categoria

³² Referências: IAMAMOTO, Marilda Vilela. O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 19. Ed. São Paulo: Cortez, 2010.
VIANA, Beatriz Borges; GONÇALVES, Claudenora Fonseca; CARNEIRO; Kássia K. C. O movimento de reconceituação do Serviço Social e seu reflexo no exercício profissional na contemporaneidade, Seminário. Universidade Federal de Santa Catarina, 2015. Disponível em: https://seminarioservicosocial2017.ufsc.br/files/2017/05/Eixo_2_139.pdf. Acesso em: 16 de ago de 2023.

produziu diversos conhecimentos. Revistas, artigos, e pesquisas começaram a ser desenvolvidas na área do Serviço Social.

Em 1979 houve a criação da Revista Serviço Social & Sociedade, que permanece até hoje contribuindo no desenvolvimento da categoria Serviço Social. Em 1983 houve o 1º Encontro Nacional de Pesquisa em Serviço Social. Ainda nos anos de 1980, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, reconheceu o Serviço Social como produção de conhecimento. A revista Ser Social de 1998 foi elaborada por um programa de Pós-Graduação em Política Social na Universidade de Brasília, embora sua primeira edição tenha ocorrido em 1995 com o nome de Debate Social.

As produções de conhecimento se expandiram até o presente momento e continuam a enriquecer a categoria em diversas áreas, devido ao avanço da tecnologia e a globalização, que permitem a fácil comunicação com outras fontes de informação. Assim, a interseccionalidade entra como um desses conhecimentos a serem adquiridos. Já existem pesquisas e trabalhos desta temática, mas que ainda não foram o suficiente para adentrar a grade curricular do curso em todas as universidades e faculdades brasileiras. E são através dos estudos, aprendizados das produções teóricas presentes em sua formação que se constituem os elementos essenciais para a formação do Assistente Social e para aqueles já formados, esses referenciais teóricos estão disponíveis para a atualização de informações que um profissional crítico precisa obter.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dado o exposto, o modo de produção capitalista é responsável pelas desigualdades condicionadas à população brasileira, as quais encontram-se nas expressões da questão social. A contraposição entre as classes, delibera os espaços e as condições às quais a população consegue ter acesso e conseqüentemente mostra as diferenças entre a burguesia e o proletariado. O mesmo ocorre através da raça/etnia, pois a cor da pele limita a ascensão de pessoas não brancas em muitos locais. Contudo, não se deve esquecer da dificuldade das mulheres conseguirem seus direitos, pelo preconceito relacionado ao seu gênero. A interseccionalidade desses marcadores demonstra a importância para identificar como o modo de produção é capaz de gerar desigualdades e oprimir seus sujeitos.

A temática e o conceito analítico interseccional, apresenta uma leitura social, política e econômica dentro do capitalismo na ótica dos sujeitos oprimidos. A forma como mulheres negras sobrevivem com tão poucas condições, gera o questionamento sobre os quão desvantajosos é condicionado o modelo de sociabilidade atual para aqueles que não detém dos meios de produção ou não se encaixam no molde do homem branco cis hetero, detentor de inúmeros privilégios. Ficou perceptível como a sociedade está regida por preconceitos que carecem de demandas a serem correspondidas por um profissional que entenda as expressões expostas no cotidiano.

Assim, temos a importância do Serviço Social em seu contato com a sociedade e usuários, prontificado a trabalhar em cima das demandas que surgem. A interseccionalidade entra como fonte de conhecimento, para qualificar o atendimento da população pobre, preta e feminina, que são atravessadas pelas diversas opressões desse sistema cisheteropatriarcal, cuja finalidade é reproduzir desigualdade e enriquecer aos seus. O Assistente Social tem uma grande importância para/com a população fora e dentro do ambiente de trabalho, na luta por um modelo de sociabilidade em que a exploração não exista e a desigualdade não é uma realidade.

Desta forma, conhecer a interseccionalidade e aplicá-la em seu cotidiano, para materializar esse conhecimento através de ações técnico-operativas, é uma forma de melhorar o serviço e conseguir sanar demandas que estão atreladas ao conhecimento interseccional da sociedade brasileira dentro do modo de produção capitalista. Aplicar esse estudo durante a formação do Assistente Social, qualifica seu serviço e atribui um bom atendimento à população brasileira. Por ser uma profissão que intervém através dos usuários nas expressões

da questão social, pensar e atuar com a interseccionalidade é um ponto de extrema importância a ser aplicado e debatido em sociedade e profissão, aprimorando o atendimento, a formação profissional, a categoria do Serviço Social, aos profissionais e na sociedade como um todo.

As desigualdades, a exploração, a divisão de classes está longe de desaparecer, pois para que isso ocorresse seria necessário o fim do modo de produção capitalista, o que está longe de acontecer, tendo em vista que ele se mantém. A classe trabalhadora precisa de profissionais qualificados, que entendem a conjuntura atual, para atuar em cima das expressões da questão social, analisando de forma crítica esse sistema. Assim, a interseccionalidade é uma ferramenta importante a ser considerada em diversos âmbitos, pois ela é o espelho da sociedade brasileira no modelo de sociabilidade vigente, sua aplicação deve expandir a categoria Serviço Social num todo, para fazer diferença na atuação durante o contato com o usuário em campo de trabalho, para que essas expressões sejam amenizadas através dos direitos que serão viabilizados.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ABEPSS. (Org.). Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília, DF, 2009.

AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade?** São Paulo: Ed. Letramento, 2018.

ALMEIDA, Sheila Dias. **Unidade do diverso ou inclusão sem pertencimento? Análise da educação superior e das políticas de ações afirmativas nas pós-graduações em Serviço Social no Brasil**. 2023. Tese (Doutorado) - Curso de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovanni. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **In: EDUCAÇÃO E SOCIEDADE** você só coloca em negrito de onde tirou o artigo . Campinas, v. 25, n. 87, p.335-351, mai./ago. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/FSqZN7YDckXnYwfqSWqgGPp/?format=pdf> Acesso em: 16 abr. 2023.

ARIÈS. Philippe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro : Zahar, 1979.

ASSIS, Dayane Nayara Conceição de. Interseccionalidades. **Superintendência de Educação a Distância**. Salvador - BA. 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/30892/1/eBook%20-%20Interseccionalidades.pdf>. Acesso em: 10 de abr. 2022.

BEHRING, Elaine Rosseti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. 2. ed.. São Paulo: Cortez, 2007.

BRASIL. Instituto Brasileiro Geografia e Estatística - IBGE. **Estatísticas de Gênero - Indicadores sociais das mulheres no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101784_informativo.pdf. Acesso em: 24 de fev. 2023.

CARNEIRO, Sueli. **Mulheres Negras**. São Paulo: Geledés, 1993.

CARNEIRO, Sueli. **Enegrecer o Feminismo: A Situação da Mulher Negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero**. São Paulo: Geledés, 2011.

CFESS. **Código de Ética do Assistente Social**. Brasília: CFESS, 1993.

CFESS. A dimensão investigativa no exercício profissional. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CISNE, Mirla e SANTOS, Silvana Moraes. **Feminismo, Diversidade Sexual e Serviço Social**. São Paulo: Cortez Editora, 2018.

CLOSS, Teixeira Thaisa; SCHERER, Giovane Antônio. Visita domiciliar no trabalho do assistente social: reflexões sobre as técnicas operativas e os desafios ético-políticos na atualidade. In: **Revista Libertas**, Juiz de Fora, 2017.

COUTO, Berenice Rojas. Formulação de projeto de trabalho profissional. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

CRENSHAW, Kimberle. **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero**. Estudos Feministas. Ano 10 vol. 1, 2002. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ref/a/mbTpP4SFXPnJZ397j8fSBQQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 18 mar. 2023.

CURI, Paula Land et al. **A violência obstétrica praticada contra mulheres negras no SUS**. Rio de Janeiro. Arquivos Brasileiros de Psicologia, 2020, p. 156-169.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

EURICO, Márcia Campos. A luta contra as explorações/opressões, o debate étnico-racial e o trabalho do assistente social. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 133, p. 515-529, set./dez. 2018.

G1 TRIÂNGULO E ALTA PARAIBANA. **Diarista é resgatada do convívio de família em Patos de Minas onde viveu em condições análogas à escravidão por 38 anos**. 21 de dezembro de 2020. Disponível em:

<https://g1.globo.com/mg/triangulo-mineiro/noticia/2020/12/21/diarista-e-resgatada-do-convivio-de-familia-em-patos-de-minas-onde-viveu-em-condicoes-analogas-a-escravidao-por-38-anos.s.html>. Acesso em: 31 de maio de 2022.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2002.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro no Brasil: ausências, emergências e a produção dos saberes**. Política & Sociedade, v. 10 n. 18, p. 133-154, 2011.

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis: RJ, Vozes, 2017.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos Alfredo. **Lugar de Negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: **Revista Ciências Sociais Hoje**. Anpocs. 1984. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/6608168/mod_resource/content/1/06%20-%20GONZALES%2C%20L%C3%A9lia%20-%20Racismo_e_Sexismo_na_Cultura_Brasileira%20%281%29.pdf. Acesso em: 31 de maio de 2022.

HOOKS, Bell. **“E eu não sou uma mulher?”: Mulheres negras e feminismo**. Trad. Bhuvi Libanio. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.

HOOKS, Bell. **Olhares Negros: raça e representação**. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 19. Ed. São Paulo: Cortez, 2010.

IAMAMOTO, M. V & CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**. São Paulo: Cortez/Celats, 1982.

IORI, Kállita de Freitas; SILVA, Ruteléia Cândida de Souza. A feminização do mercado de trabalho e a “questão social” expressa no gênero. **Revista eletrônica da Univag Connection line**. Várzea Grande - MT, 2020.

LEAL, Caroline Maria. Divisão sexual e social do trabalho: reproduções das desigualdades de gênero?. In: **Revista de Políticas Públicas**, 2011. Disponível em: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/JORNADA_EIXO_2011/QUESTOES_DE_GENERO_ETNIA_E_GERACAO/DIVISAO_SEXUAL_E_SOCIAL_DO_TRABALHO_REPRODUCAO_DAS_DESIGUALDADES_DE_GENERO.pdf. Acesso em: 18 jan. 2023.

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social**. São Paulo: Boitempo, 2013.

Mais Mulheres na Política. **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/mais-mulheres-na-politica>. Acesso em: 31 de maio de 2022.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1984, Livro I.

MÉSZÁROS, István. A importância do planejamento e da igualdade substantiva. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2009.

MINAYO, Maria Cecília. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14ª edição. São Paulo: Hucitec Editora, 2014.

MONTORO FILHO, André Franco e TROSTER, Roberto Luís. **Introdução à teoria monetária. Manual de economia**. São Paulo: Saraiva, 1998. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7567379/mod_resource/content/0/Manual%20de%20Economia%20Professores%20da%20USP%20-%20Juarez%20A.%20B.%20Rizzieri.pdf.

Acesso em: 18 de ago de 2023.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. 8º ed. - São Paulo: Cortez, 2011 [1992].

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2006.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. **In: Concepts, Methodologies and Paradigms**. CODESRIA Gender Series. Volume 1, Dakar, CODESRIA, 2004, p. 1-8 Tradução para uso didático por Juliana Araújo Lopes.

PISCITELLI, Adriana. Gênero: a história de um conceito. In: ALMEIDA, Heloisa Buarque de; SZWAKO, José Eduardo. **Diferenças, igualdade**. São Paulo, Berlendis & Vertecchia, 2009.

QUINTANA, Mario. **Caderno H**. 2ª Edição. São Paulo: Globo, 2006.

SAFFIOTI, Heleieth. **A Mulher na Sociedade de Classes – Mito e Realidade**. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2013.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero patriarcado violência**. / Heleieth Iara Bongiovani Saffioti.-- 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **O poder do macho**. São Paulo: Editora Moderna, 1987.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. (Orgs.) **Epistemologias do Sul**. São Paulo; Editora Cortez. 2010.

SILVA, Jarlene Mariana da. **SERVIÇO SOCIAL, GÊNERO E RAÇA: a interseccionalidade desses temas nas Revistas Ser Social e Serviço Social & Sociedade**. Orientadora: Prof^ª Ms. Marlene de Jesus Silva Santos. 2017. TCC (Graduação) - Bacharel em Serviço Social, Universidade de Brasília – UnB, Brasília, 2017. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/27309/1/2017_JarleneMarianoDaSilva_tcc.pdf#page=29&zoom=100,109,361. Acesso em: 10 Abr. 2022.

SILVA, José Maria da; SILVEIRA, Emerson Sena da Silveira. **Apresentação de Trabalhos Acadêmicos: Normas e técnicas**. Juiz de Fora: Juizforana, 2002.

SILVA, Marconi Gomes da; ARAÚJO, Denílson da Silva; PEREIRA, William Eufrásio Nunes. As Classes Sociais em Marx. **Caderno CEPEC Volume 10**. Belém, PA: 01 de Junho de 2021.

TEIXEIRA, Joaquina Barata; BRAZ, Marcelo. O projeto ético-político do Serviço Social. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**, 2009. Disponível em: https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/teixeira-joaquina-barata_-braz-marcelo-201608060407431902860.pdf. Acesso em: 24 de jan de 2023

TESSER, Charles Dalcanale et al. Violência obstétrica e prevenção quaternária: o que é e o que fazer. **Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade**, v. 10, n. 35, p. [12],

2015. Disponível em: <https://rbmfc.org.br/rbmfc/article/view/1013/716>. Acesso em: 02 de jul de 2022.

VASCONCELOS, Ana Maria. **A/O Assistente Social na Luta de Classes**. 1. Ed. São Paulo; Editora Cortez. 2015.

VIANA, Beatriz Borges; GONÇALVES, Claudenora Fonseca; CARNEIRO; Kássia K. C. **O movimento de reconceituação do Serviço Social e seu reflexo no exercício profissional na contemporaneidade, Seminário**. Universidade Federal de Santa Catarina, 2015. Disponível em: https://seminarioservicosocial2017.ufsc.br/files/2017/05/Eixo_2_139.pdf. Acesso em: 16 de ago de 2023.

VOGEL, Lise. **Marxism and the Oppression of Women: Toward a Unitary Theory**. Chicago: Haymarket Books, 2013 [1983].